

JOÃO ARRISCADO NUNES *

**Dinâmica demográfica, reprodução e
gestão social da incerteza**

Nº 3 / Distribuição restrita

Novembro 1988

Versão preliminar.

Não citar sem autorização do autor.

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

Este texto é uma versão preliminar, enviada pelo autor, para apresentação num Seminário a decorrer no CES. Dada a natureza do texto, e a proximidade do Seminário, foi editado o próprio original enviado sem qualquer alteração.

O processo de produção e reprodução dos sectores da população que não são detentores de uma relação salarial e da chamada "população excedentária" tem vindo a ocupar um lugar de crescente importância na compreensão das transformações ocorridas desde os finais da Segunda Guerra Mundial nas formações sociais em que o modo de produção capitalista é dominante, e especialmente se for considerado o quadro global da reorganização do capitalismo após a "crise do petróleo" de inícios dos anos 70. O peso estrutural desses sectores e o seu papel no próprio processo de reprodução da população assalariada são particularmente importantes nas formações sociais semiperiféricas, como é o caso de Portugal. O presente trabalho é uma tentativa de examinar esse processo como manifestação da relação contraditória entre a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e a lógica que subjaz à produção e reprodução dos seres humanos e dessa "mercadoria fictícia" que é a força de trabalho, bem como os mecanismos que permitem a essa contradição reproduzir-se como contradição, tornando possível a reprodução global das relações sociais. Designarei esses mecanismos, seguindo os trabalhos recentes de alguns demógrafos, por "sistemas de devolução de risco" (1). Numa primeira parte, o tema será abordado numa perspectiva teórica, que servirá de base para, numa segunda parte, explicitar as transformações recentes do capitalismo avançado e da dinâmica demográfica que me parecem estar na base de algumas das tendências recentes no respeitante à dimensão e composição dos sectores que constituem a população "excedentária"; finalmente, numa terceira parte, será discutida a especificidade dos mesmos processos tal como são observáveis nas formações sociais semiperiféricas da Europa, a partir da consideração do caso do Noroeste de Portugal.

1. Numa passagem frequentemente citada de **O Capital**, Marx contrapunha ao postulado da existência de uma "lei da população", alegadamente defendido por Malthus, a ideia de que "cada modo de produção histórico específico tem a sua lei de população específica..." (2). Referindo-se mais precisamente ao modo de produção capitalista, o mesmo autor afirmava que, em virtude da dinâmica de acumulação do capital, a procura de força de trabalho estaria sujeita a flutuações que gerariam uma população excedentária, decorrente do crescimento mais rápido da oferta de força de trabalho do que da procura desta. Assim, e ainda segundo Marx, a população trabalhadora, ao "produzir" a acumulação de capital, estaria simultaneamente a produzir números

crecentes de trabalhadores excedentários. Esta seria uma lei de população específica do modo de produção capitalista.

Como pertinentemente lembrou Woods (1982: 43), a teoria da população que Marx esboçou em **O Capital** é, no essencial, uma teoria da força de trabalho. Os problemas demográficos são tratados a partir de uma análise do modo de produção capitalista que, produzindo e reproduzindo embora a força de trabalho assalariada - quer a que, em cada momento, é efectivamente empregada, quer a que constitui o "exército de reserva"-, pressupõe a prévia existência de indivíduos tornados disponíveis para vender a sua força de trabalho através da sua separação dos meios de produção, e que são eles próprios produzidos através de mecanismos e instituições que mantêm uma relação de exterioridade com o modo de produção capitalista. Assim, a análise do processo de produção e reprodução da força de trabalho sob o capitalismo exige a elaboração de uma teoria da população que não se limite a ser um teoria da força de trabalho, e que tome como ponto de partida o que parece ser o aspecto central da "lei de população" específica do modo de produção capitalista: a exterioridade da reprodução em relação à lógica de mercado que comanda o funcionamento do modo de produção (3).

1.1. Tanto os economistas neo-clássicos como muitos autores marxistas tendem a ignorar o problema da especificidade do processo de produção de seres humanos, quando confrontado com a produção de outros bens. Os primeiros postulam a generalização da teoria da "consumer choice" às decisões das famílias em matéria de reprodução, sem considerar as implicações da sua caracterização dos "gostos" como elemento determinante dessas decisões; para além disso, ao ignorar a dinâmica contraditória das "decisões racionais" dos agentes individuais e os seus efeitos à escala macro, acabam por gerar o desconhecimento da lógica específica das práticas ligadas à reprodução. Em última análise (e como mostrou Caldwell), a extensão generalizada da racionalidade (na sua versão neo-clássica) ao comportamento reprodutivo numa economia caracterizada pela generalização do trabalho assalariado conduziria, em última instância, à decisão de não procriar, pura e simplesmente (4). Os segundos deram, em geral, uma reduzida atenção aos problemas demográficos, embora o panorama tenha vindo a alterar-se nos últimos anos (5). A principal fraqueza da maioria das abordagens recentes reside no facto de ignorarem alguns aspectos da especificidade do trabalho "vivo" e da sua reprodução. Vale a pena, por isso, dar atenção a algumas tentativas de rediscutir o tema da dinâmica demográfica e da reprodução sob o capitalismo, que têm em comum com os pontos de vista aqui defendidos a

preocupação de considerar a especificidade do processo de produção e reprodução dos seres humanos.

Offe (1985: 10ss.), apoiando-se precisamente em Marx e nas observações de Polanyi (1944), lembrou que, apesar de haver semelhanças entre o mercado de trabalho e os outros mercados, a utilização do próprio conceito de mercado de trabalho assenta numa compreensão errada da natureza da força de trabalho, quando comparada com outras mercadorias, o que havia já levado Polanyi a referir-se a ela como uma mercadoria "ficcional". Aquilo que nos interessa realçar, aqui, é o facto de que, contrariamente às mercadorias "autênticas", a força de trabalho

"is not created for the purpose of sale in a market; genuine commodities are generated, in both quantity and quality, according to their expected saleability in the market place. The decision to produce the fictive commodity labour is not reached in market-oriented enterprises but, rather, in families and other agencies of socialization where motivations are largely distinct from that of marketability. Imbalances in the labour market do not, therefore, lead to the immediate revision of the quantitative and qualitative 'production decisions' for labour power. The criterion of marketability stands directly opposed to the variety of cultural bonds in which persons socialized within a family stand." (Offe, 1985: 56)

Numa outra passagem, o autor expressa de maneira ainda mais sintética a mesma ideia, quando observa que "the rising 'supply' of labour power is determined by non-strategic demographic processes and the institutional rules of human reproductive activity" (Offe, 1985: 16) (6).

Convirá acrescentar uma outra observação: mesmo que, em termos de quantidade, fosse possível ajustar a oferta de força de trabalho à situação do mercado de trabalho, existe uma característica da força de trabalho que impede que esse ajustamento seja efectuado "instantaneamente" ou a curto prazo. A força de trabalho tem de ser "processada", através da socialização primária na família, da escolarização e da formação profissional. Mesmo admitindo que os casais ou famílias que produzem a força de trabalho pudessem actuar de acordo com o modelo de racionalidade imaginável num mundo neo-clássico "ideal", existiria sempre um desfasamento de mais de uma década (variável conforme as determinações legais ou costumeiras respeitantes à idade mínima de ingresso no mundo do trabalho e ao tempo de escolaridade obrigatória) entre a produção física da futura força de

trabalho e a sua capacidade de entrar no mercado de trabalho. Os progenitores e famílias podem, presumivelmente, actuar em função das circunstâncias existentes no momento e das suas expectativas em relação ao futuro; mas não têm meios de ajustar o seu comportamento reprodutivo à situação que irá de facto existir no mercado de trabalho quando os filhos que planeiam ter estarão em idade de iniciar a sua vida activa (7).

Uma das consequências destas características do comportamento reprodutivo é a impossibilidade, para o sistema social, de abandonar aos mecanismos do mercado a gestão da incerteza resultante, à escala macro-social, da dinâmica contraditória da economia e da demografia. Polanyi afirmava, a este respeito, que "to allow the market mechanism to be the sole director of the fate of human beings... would result in the demolition of society" (Polanyi, 1944; citado in Offe, 1985: 56). Os sistemas de devolução de risco, de que a Segurança Social constitui um caso particular, permitem fazer frente aos resultados desta dinâmica contraditória, reproduzindo-a como contradição ao contribuir para a reprodução dos sectores da população que dependem, para a sua subsistência, da transferência de bens e serviços. Se, sob o ponto de vista da lógica do modo de produção capitalista, certos sectores da população não detentores de uma relação salarial desempenham a função de "exército de reserva", não é menos certo que tal só constitui uma condição favorável ao processo de acumulação na medida em que os custos de reprodução desses sectores da população sejam suportados por entidades exteriores ao sector capitalista da economia. A configuração que assume este processo nas diferentes formações sociais resulta de factores histórica e estruturalmente específicos (8).

1.2. Num trabalho recente, Richard Smith mostrou como a "gestão da incerteza" resultante da especificidade da dinâmica demográfica constitui uma das funções centrais dos sistemas de devolução de risco. A sua análise concentra-se na incerteza gerada à escala do indivíduo ou da família através da chamada "lotaria demográfica", ou seja, nas situações de dificuldade resultantes da ausência de familiares a quem o indivíduo possa solicitar auxílio em momentos específicos do ciclo de vida, caracterizados pela impossibilidade de o indivíduo obter, por si mesmo, meios de subsistência (infância, velhice, doença, incapacidade para o trabalho, invalidez), para si ou, também, para os seus dependentes (Smith, s.d.; ver, igualmente, Smith, 1984a: 68:86)

Penso ser necessário ampliar esta análise, de forma a ter em conta, por um lado, o facto de, à escala macro-

social, a incerteza ser gerada, para a formação social no seu conjunto, pela dinâmica contraditória dos modos de produção e de reprodução; por outro lado, e para as formações sociais do capitalismo avançado, muitas das situações de incerteza anteriormente tidas como "acidentes" de algum modo exteriores ao ciclo de vida "normal" (tais como o desemprego) se terem tornado experiências comuns vividas de maneira contínua ou intermitente, ao longo da vida activa. A própria noção de um ciclo de vida "normal", balizado pela escolaridade, entrada no mercado de trabalho, casamento, nascimento dos filhos, saída dos filhos de casa e reforma no termo da vida activa, construído em torno da concepção do trabalho remunerado como essencialmente masculino, do "salário familiar", da estabilidade do emprego e da quase universalidade do casamento deixou de fazer sentido, sendo hoje a diversidade das experiências a característica mais marcante das trajectórias de vida. Nestas condições, a própria delimitação dos sectores "marginais", "dependentes" e "excedentários" da população torna-se crescentemente problemática, devido à sua porosidade e fluidez. Passada a fase do capitalismo "organizado", colocam-se ao investigador novos problemas de definição e caracterização do que pareciam ser, anteriormente, sectores claramente delimitados da população.

1.3. A emergência dos vários sectores que constituem a população "excedentária" não decorre apenas dos processos "objectivos" ligados à dinâmica demográfica e social. A sua constituição passa por um processo de criação administrativa, da iniciativa do Estado e de diferentes agências e agentes sociais. A definição legalmente sancionada dos sectores da população excluídos da relação salarial está, geralmente, ligada ao crescimento do controle administrativo desses sectores e da criação de novas organizações no quadro do aparelho de Estado, acompanhados do reconhecimento do direito a transferências de recursos com origem na actividade produtiva e redistribuídos, através de mecanismos diversos, a diferentes categorias de beneficiários. Os sistemas de segurança social característicos do moderno Estado-Providência constituem o exemplo mais acabado deste processo.

A definição dos campos de aplicação material (tipo de eventualidades e situações cobertas) e pessoal (sectores da população cobertos) dos benefícios sociais, o tipo e volume de recursos que são redistribuídos e o tipo de relações estabelecidas entre os funcionários da segurança social e os beneficiários (relações essas que assentam, tendencialmente, na intensificação do autoritarismo e do controle administrativo da vida pessoal dos beneficiários) são potenciais geradores de conflitos, cuja visibilidade é,

frequentemente, limitada, embora tendam a gerar tensões que contribuem para o que alguns designaram por "crise do Estado-Providência" (9).

Na medida em que estão em jogo recursos escassos, é de esperar que os interesses dos diferentes sectores da população a quem é reconhecido o direito de acesso a esses recursos não coincidam necessariamente, e que, da parte das organizações que deverão proceder à alocação desses recursos haja interesses em jogo que levem a que certos sectores sejam mais favorecidos do que outros no processo de alocação, particularmente quando as próprias organizações necessitam de uma fracção proporcionalmente maior de orçamentos globalmente reduzidos, de forma a manter ou consolidar o peso das agências de Segurança Social no conjunto da administração pública, com o consequente reforço corporativo do seu corpo de funcionários (10).

O acentuar da tendência para o envelhecimento da população, a par da generalização do direito a reformas e pensões sociais, tende a aumentar a importância do sector dos reformados e pensionistas no sistema de democracia partidária competitiva, tornando mais delicadas as decisões respeitantes à distribuição dos benefícios sociais. Preston argumentou, num artigo recente sobre a situação dos "dependentes" nos Estados Unidos, que os idosos tendem a sair comparativamente beneficiados dos processos de redistribuição dos recursos crescentemente limitados ao dispor da Segurança Social, não só devido à sua capacidade de eleitores e de cidadãos capazes de exercer os seus direitos políticos, mas também ao facto de a velhice se situar no horizonte de todos os cidadãos em idade activa, que assim terão interesse em reforçar os benefícios destinados à chamada "terceira idade". Uma das consequências desta situação seria a relativa deterioração da posição das crianças como beneficiárias das políticas sociais. O alargamento da análise a outros períodos leva Preston a sugerir que a dimensão relativa das coortes que compõem os sectores "dependentes" (crianças e idosos), em cada momento, influencia o volume relativo de recursos que cada sector verá canalizados para si, sob forma de benefícios sociais e de investimentos sociais. Presentemente, o envelhecimento da população teria assegurado uma posição de vantagem aos idosos, que contrastaria, por exemplo, com a situação favorável às crianças durante os anos do "baby boom", entre os finais da Segunda Guerra Mundial e os meados da década de 1960 (11).

1.4. É necessário não esquecer, finalmente, que a representação "oficial" do mundo social assenta num processo de exclusão de certos aspectos da realidade que não são

subsumíveis na nomenclatura oficial dos sistemas de contabilidade social (12). Entre esses aspectos podemos mencionar os vários modos "informais" de actividade económica e de devolução de risco. Um volume crescente de investigações têm vindo a demonstrar a importância desses mecanismos "informais" no processo de reprodução da força de trabalho assalariada, nomeadamente através da manutenção de níveis de consumo superiores aos permitidos pelo nível dos salários, no processo de reprodução da população "excedentária", e constituindo mesmo, em muitos casos, condição **sine qua non** de viabilização da função de legitimação da ordem social ligada aos sistemas de devolução de risco (13).

2. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os países capitalistas avançados - que passarei a designar por formações sociais centrais - têm vindo a passar por uma série de transformações importantes, que, suscitando interrogações de fundo acerca de alguns dos pressupostos, até então tidos como óbvios, da organização social desses países no período após a Segunda Guerra Mundial, obrigam a pensar o carácter transitório e historicamente específico do chamado capitalismo "organizado", e apontam para a necessidade de examinar as alternativas para a transformação das sociedades capitalistas neste fim de século, a partir de um exame das condições actuais. Essas transformações, ocorrendo num contexto de crise, foram vistas, com frequência, como fenómenos transitórios, que tenderiam a desaparecer uma vez ultrapassada a situação que, supostamente, teria estado na sua origem. Ao longo da década de 80, contudo, tornou-se claro que a configuração geral desses fenómenos tendia a manter-se, sendo mesmo a reforçar-se, durante a recente fase de retoma do crescimento económico. Parece legítimo, assim, encarar a década de 1970 como um período de profunda reorganização do capitalismo mundial, e não simplesmente um mero "acidente de percurso" no desenvolvimento do modelo de acumulação "fordista" e da regulação keynesiana associada à forma política Estado-Providência, que havia sido dominante entre os finais da Segunda Guerra Mundial e a viragem da década de 60 para a década de 70 (14).

Nesta secção, concentrarei a minha atenção em quatro séries de transformações que têm em comum a sua relação com o modo como está organizada a reprodução social, e especialmente com a dinâmica demográfica - o processo de renovação da população, através das entradas (por nascimento ou imigração) e das saídas (por morte ou emigração) dos seus membros -, e que influenciam a composição, dimensão e modo de emergência e reprodução dos sectores "excedentários", "marginais" e "dependentes" da população, entendidos aqui

como aqueles sectores que, de maneira temporária ou definitiva, não se encontram directamente vinculados ao processo de acumulação capitalista através da relação salarial ou da detenção dos meios de produção nos sectores "centrais" da actividade económica. Esses sectores incluem as crianças e jovens em idade escolar ou à procura de primeiro emprego, os reformados e pensionistas, os idosos, os dependentes de assistência pública ou privada, os desempregados, as domésticas, os chamados trabalhadores familiares não remunerados, grande parte dos chamados trabalhadores por conta própria, nomeadamente os que exercem actividades em sectores produtivos como a pequena agricultura, o artesanato, alguns tipos de pequena indústria e comércio, ou em certos tipos de serviços. Estes grupos têm uma presença estrutural importante nas formações sociais do Sul da Europa, em boa parte devido ao carácter tardio e incompleto do processo de salarização na área. Nestas formações sociais, torna-se possível desvincular parcialmente o desenvolvimento das relações de produção capitalistas dos padrões e níveis de consumo de uma boa parte da população, que não só pode obter uma proporção significativa dos seus rendimentos de outras fontes que não o trabalho assalariado, como pode ainda proteger esses padrões e níveis de consumo em relação às flutuações do mercado de trabalho formal, precisamente devido à sua dependência parcial do salário. Esta discrepância entre o desenvolvimento da produção capitalista e da reprodução social foi apontada por Boaventura de Sousa Santos como sendo uma das características das formações sociais semiperiféricas na Europa, nomeadamente as da Europa do Sul (15). Procurarei, a seguir, caracterizar, em traços amplos, essas transformações.

2.1. Desde finais do século XIX (nalguns casos mais precocemente, como em França ou nos Estados Unidos), a generalidade das populações das formações sociais capitalistas passou por um processo de declínio da mortalidade e da fecundidade, que conduziu a uma situação em que ambas se situam, por quase toda a parte, a níveis bastante baixos, especialmente comparados com os que eram observáveis no início do século. Esta descida da fecundidade foi acompanhada, em geral, por um aumento da nupcialidade, resultante de modificações na intensidade e ritmo do casamento. Uma das consequências deste processo foi o chamado envelhecimento da população, resultado do alongamento da esperança de vida, mas, sobretudo, do declínio da fecundidade. O fenómeno descrito, a que os demógrafos chamaram "transição demográfica", caracterizou-se por desfasamentos espaciais e cronológicos, cuja interpretação não é pacífica, e tem posto em confronto vários esquemas explicativos inspirados nas diferentes

orientações teóricas hoje existentes nas Ciências Sociais (16).

Mais recentemente, após a Segunda Guerra Mundial, o processo conheceu novo desenvolvimento, considerado por alguns como uma "Segunda Transição Demográfica", por outros como a adequação do regime demográfico a uma sociedade dominada por valores "pós-materialistas", por outros ainda como um episódio explicável no quadro da dinâmica que subtende o processo global de declínio da fecundidade: após uma subida significativa e simultânea da nupcialidade e da fecundidade depois da guerra, e até inícios da década de 1960 (o chamado "baby boom"), retomou-se o declínio da fecundidade na generalidade dos países capitalistas centrais, atingindo-se valores inferiores aos necessários para a substituição das gerações, com uma estabilização em torno desses valores (que não exclui flutuações)(17).

Um aspecto importante deste desenvolvimento reside no facto de, ao longo deste período, a maior parte das populações que haviam mantido níveis relativamente elevados de fecundidade terem acompanhado, com um ligeiro desfasamento temporal, esse movimento no sentido de uma fecundidade abaixo do nível necessário à substituição das gerações, situação atingida pela Itália na segunda metade da década de 1970, pela Espanha, Portugal e Grécia no início da década de 1980, prosseguindo o movimento ao longo dos anos 80. Esta evolução vem acentuar, também nas formações sociais semiperiféricas da Europa do Sul, o processo de envelhecimento da população, gerando, como veremos mais tarde, problemas dificilmente resolúveis utilizando os mesmos meios a que recorreram as formações sociais centrais no pós-guerra. Uma das consequências da aceleração do envelhecimento da população é o aumento, irreversível em condições de fecundidade abaixo do nível de substituição, do número de dependentes por activo ou, por outras palavras, da proporção da população total cuja sobrevivência depende da transferência de recursos com origem nos activos, transferência essa operada directamente entre indivíduos, no seio da família ou através da acção redistributiva do Estado.

2.2. As formações sociais capitalistas do pós-Segunda Guerra Mundial conheceram um processo sustentado e historicamente sem precedentes de crescimento simultâneo da produção, do emprego, dos salários reais directos e indirectos, do consumo de massa e dos benefícios sociais, assente num pacto político que permitiu conciliar capitalismo e democracia e neutralizar, em boa medida, os conflitos sociais, dando origem a essa forma política

peculiar designada por "Estado do Bem-Estar" ou "Estado-Providência" (18).

É importante notar que a viabilidade desta forma política estava dependente de dois pressupostos essenciais, ligados à dinâmica demográfica: a estabilização, a médio e longo prazo, da estrutura etária da população, de forma a manter um equilíbrio, tolerável para o sistema, entre produtores e não-produtores, e a realização tendencial do objectivo do pleno emprego, entendido como pleno emprego para os indivíduos adultos do sexo masculino, a quem deveria ser garantido um salário familiar, capaz de assegurar um padrão de vida socialmente aceitável para os seus dependentes, vinculado a padrões de consumo de massa em que certos bens duradouros (habitação, automóvel, certos equipamentos domésticos) desempenhavam um papel importante. Esta última condição dependia, por sua vez, do grau de generalização do modelo conjugal da família e dos papéis femininos a ele associados.

Durante este período, afirmou-se um modelo de ciclo de vida centrado no emprego remunerado permanente para os homens, após o cumprimento da escolaridade, seguido de uma reforma garantida pelo sistema de segurança social, e de benefícios sociais para o chefe de família e seus dependentes, que permitiam reduzir substancialmente os custos de reprodução da força de trabalho e (o que é importante para este trabalho), dos indivíduos não detentores de uma relação salarial, desde que ligados, por vínculos de dependência, a um assalariado chefe de família. Este sistema pressupunha, pois, por um lado, uma tendência para a salarização generalizada dos indivíduos adultos do sexo masculino; por outro, um reforço do modelo familiar assente na conjugalidade, na definição rigorosa dos papéis sexuais e na tendência para "domesticizar" a posição da mulher.

Em finais da década de 60-princípios da década de 70, o modelo de crescimento sobre o qual assentara o desenvolvimento do Estado-Providência conheceu um período de crise, que levou a pôr em causa, a partir de diferentes posições ideológicas e políticas, a viabilidade e mesmo, na opinião de alguns sectores, a desejabilidade da forma política do Estado-Providência. Existem várias análises das causas desta situação, que não vou retomar aqui. É importante, contudo, chamar desde já a atenção para alguns aspectos do problema que são de especial relevância para este trabalho: o envelhecimento da população, o surgimento de níveis de desemprego sem precedente no pós-guerra e, muito em especial, do desemprego estrutural, as modificações na posição da mulher na família e no mercado de trabalho e,

finalmente, as transformações verificadas no padrão familiar e na trajectória de vida tidos como "típicos" até aos anos 60, minando os fundamentos sociais do princípio do homem sustentador da família, e do salário familiar (19).

Nestas condições, o Estado-Providência mostrou-se incapaz de dar uma resposta adequada a situações de crise, e muito menos de as evitar (como se havia esperado), ou seja, quando a sua acção se tornou mais necessária, revelou-se a fragilidade dos fundamentos em que assentava a sua viabilização. É importante não esquecer, por outro lado, os muitos problemas de legitimação da forma política do Estado-Providência, de que se fizeram porta-vozes tanto críticos de esquerda, como conservadores e neo-liberais. Para estes últimos, a ultrapassagem da crise passaria por uma generalização do mercado como princípio regulador de toda a vida social, solução que assenta em pressupostos errados acerca da viabilidade da mercadorização global do processo de reprodução e do ignorar da especificidade dessa "mercadoria fictícia" que é a força de trabalho. Para os primeiros, haveria que reafirmar e alargar o princípio da solidariedade social através dos recursos existentes na sociedade civil, e diminuir o controle do Estado sobre a vida dos cidadãos, ou, retomando os termos de Habermas, pôr um travão à colonização do "mundo da vida" (Lebenswelt) pelo Estado. Também aqui, há um equívoco que resulta de uma caracterização incorrecta do Estado e da "sociedade civil", que entende esta como uma criação anterior àquele e com ele mantendo uma relação de exterioridade. Não cabe neste texto retomar as críticas a ambos os tipos de concepção da "ultrapassagem" do Estado-Providência, mas tão só recordar os termos de um debate que, de algum modo, serve de pano fundo para a análise da situação em Portugal e da sua previsível evolução (20).

2.3. Ao longo dos últimos 15 anos, o mercado de trabalho passou por transformações importantes, com a emergência de vários fenómenos que nos obrigam a repensar o próprio conceito de "trabalho" como significando, essencialmente, "emprego". Esses fenómenos, que sumariamente descreverei como "o regresso do capital variável" (Santos, Reis e Marques, 1987), o desemprego estrutural, a desagregação da concepção convencional de ciclo de vida centrado no emprego permanente ao longo da vida activa, a crescente visibilidade da importância das actividades "informais", a discussão, bastante estimulada pelas correntes feministas, do trabalho doméstico e da contribuição feminina para as actividades directamente ligadas à esfera da reprodução - fenómenos esses ligados, nuns casos pela sua origem, noutros pela sua maior visibilidade, à crise e à reorganização do capitalismo

durante este período -, obrigaram a rever expectativas e estilos de vida centrados no modelo fordista e consumista do pós-Guerra, enquadrado pelo Estado-Providência, e aprofundaram a segmentação da população activa em sectores "garantidos" (detentores de uma relação salarial de tipo fordista) e "não-garantidos" (ocupando posições precárias ou marginais em relação aos sectores "nucleares" da economia) (21).

Excepto no que respeita a certos grupos de trabalhadores mais organizados e com maior poder negocial, para grande parte da população as trajectórias de vida passaram a caracterizar-se pela instabilidade e imprevisibilidade e pela necessidade de combinar várias formas de actividade, de emprego e não-emprego, para garantir a subsistência e um nível de vida aceitável. O resultado deste processo foi o crescimento, em muitos países, de sectores "perifêricos" e "marginais" em relação ao núcleo do sistema económico, organizado com base na relação salarial. Estes desenvolvimentos vieram colocar problemas adicionais à viabilidade da forma política do Estado-Providência, diminuindo o número de contribuintes para o sistema, e alargando o número daqueles que, em princípio, deveriam dele ser beneficiários, e isto precisamente num período de dificuldades financeiras e de aumento dos encargos decorrentes do processo, já mencionado, de envelhecimento da população. Em ligação com esta tendência, verificou-se também uma crescente dificuldade em reproduzir o modo de legitimação característico do Estado-Providência, alimentado, aliás, pelo próprio discurso "antiestatista" do Estado, ao afirmar-se incompetente para assegurar as funções que lhe eram cometidas no âmbito daquela forma política. Simultaneamente, a expansão das actividades "informais", escapando à tributação, tiveram o duplo efeito de, por um lado, legitimar a "revolta fiscal" dos contribuintes, e, por outro, aprofundar a situação de desvinculação entre a obtenção de recursos financeiros por parte do Estado e os níveis reais de actividade económica (22).

1.4. Finalmente, um dos vectores da reorganização do capitalismo durante a crise foi o descentramento produtivo e a realocação territorial de certos tipos de actividades, nomeadamente de ramos da indústria de tipo trabalho-intensivo, tais como o têxtil, o vestuário, o calçado, o mobiliário, os componentes electrónicos ou a metalomecânica ligeira, para citar apenas alguns, de forma a poder beneficiar de acesso fácil a mão-de-obra abundante e com baixos custos de reprodução, e a permitir uma resposta mais flexível às condições do mercado, através da produção de

pequenas séries, ou da concentração na qualidade, mais do que no volume de produção.

Nestas condições, o baixo custo da força de trabalho e da sua reprodução constituiu, sem dúvida, um dos factores mais importantes na determinação da nova localização dessas actividades. Em alguns países e regiões, e em particular no Sul da Europa, certas características pré-existentes dos modos de reprodução, da força de trabalho e do desenvolvimento endógeno do tecido industrial (como a dominância da pequena empresa, a pluriactividade e o plurirrendimento com ligação à pequena agricultura e consequente manutenção de baixos custos de reprodução da força de trabalho, o padrão difuso de implantação industrial e a existência de redes densas de pequenos núcleos com funções urbanas) facilitaram a sua inserção na nova divisão internacional do trabalho. Um dos aspectos mais significativos deste processo reside no reforço da importância das condições locais e regionais - e muito em especial dos modos de reprodução - na configuração dos padrões espaciais de especialização económica (23).

3. E a partir das tendências que foram recordadas de forma sumária nas secções anteriores que se pode colocar em perspectiva o caso de Portugal, e particularmente o da sua região Norte Litoral, uma das regiões da Europa do Sul onde é bem visível a especificidade daquelas tendências em situações semiperiféricas. Assim, nas próximas secções procurarei discutir, utilizando o resultado de uma análise à escala do concelho, o modo particular como se processa a reprodução dos sectores "marginais" e "dependentes" nesta região, a partir do exemplo de um sector particular, o dos "idosos" (24).

3.1. Na região Norte Litoral, o processo de envelhecimento da população apresenta algumas particularidades, ligadas à especificidade da cronologia e intensidade do declínio da fecundidade e da mortalidade, à importância da emigração e à heterogeneidade de situações encontradas no interior da região.

Começemos por observar a estrutura etária dos 40 concelhos da região, em 1981, considerando, como é habitual, os três grandes grupos de 0-14 anos, 15-64 anos, e 65 e mais anos, e o chamado "rácio de dependência". Este exercício não permite, como é óbvio, determinar as proporções reais da população "dependente" na população total. A determinação convencional dos limites para o estabelecimento desses grupos etários constitui uma das operações de "naturalização" do objecto da análise demográfica, ignorando

o processo social de construção da idade em contextos específicos, e neutralizando, dessa forma, os diferentes significados da idade "oficial" em termos da relação com o aparelho escolar, com o mercado de trabalho e com a administração, para citar apenas alguns exemplos. Assim, e para não sairmos do contexto europeu, as variações entre países no respeitante à escolaridade obrigatória, à idade mínima legal de ingresso no mercado de trabalho ou à idade da reforma implicam que, de país para país, a idade tal como é estabelecida no registo civil tenha um significado social distinto. A "naturalização" das características da população permite, ainda, subalternizar o significado das diferenças de classe, definindo abstractamente os detentores de direitos e deveres ligados ao exercício da cidadania em função de um critério que, aparentemente, tem um fundamento biológico, contribuindo, dessa forma, para "naturalizar" a representação dos direitos políticos e dos deveres dos cidadãos e, por essa via, a ordem política e social vigente (25).

Estas observações não nos devem levar à posição de negar qualquer pertinência a análises que se apoiam em distribuições da população por grupos de idades. Na medida em que as decisões políticas e o seu planeamento têm em conta tais representações, elas não só contribuem para a criação destas, como são por elas condicionadas, vindo o Estado e a administração e os seus agentes a interiorizá-las como representações "verdadeiras" da realidade social. Dentro destes limites, e na medida em que as decisões em matéria de política social se apoiam em tais representações, a comparação entre a população agregada cuja idade "oficial" se situa dentro destes grandes grupos pode ser utilizada como indicador dos efeitos da dinâmica demográfica, e em especial da deterioração da posição relativa dos sectores "dependentes" e potencialmente activos. Neste sentido, terá algum interesse começar por uma rápida análise deste conjunto de indicadores.

Se observarmos a distribuição, em 1981, da percentagem de indivíduos com mais de 65 anos pelos 40 concelhos da região, encontramos, no essencial, três tipos de situações: uma zona com valores elevados, superiores a 10%, que inclui a totalidade dos concelhos do Distrito de Viana do Castelo, os do interior e de montanha do Distrito de Braga, e o de Baião, concelhos esses que conheceram uma considerável saída de jovens adultos através da emigração; a cidade do Porto, com um valor da ordem dos 12%, mas apresentando, globalmente, um perfil mais jovem, devido ao grande peso da população em idade activa, em boa parte vinda de fora da cidade. Finalmente, os outros concelhos, incluindo a generalidade dos que conheceram um desenvolvimento

industrial importante, com uma estrutura etária consideravelmente menos envelhecida no topo. Encontramos, assim, dentro da região, quer situações em que a proporção de idosos é semelhante à de algumas das populações mais envelhecidas da Europa, quer situações em que essa proporção é substancialmente inferior aos valores correntes noutros países.

(Inserir Quadro I)

Se considerarmos, agora, o grupo dos 0-14 anos, notaremos que a distribuição dos concelhos se faz segundo um padrão distinto e menos claro. Em primeiro lugar, a quase totalidade dos concelhos do Distrito de Viana do Castelo apresentam proporções baixas de jovens, acompanhados pelo Porto e alguns dos seus concelhos. A quase totalidade dos concelhos do Distrito de Braga aparece com valores superiores à mediana. Se a distribuição das proporções de idosos parece acompanhar a intensidade da emigração, já a distribuição das proporções dos jovens apresenta semelhanças, como seria de esperar, com o mapa da fecundidade e da intensidade da sua queda, especialmente ao longo da década de 1970. Em geral, as proporções de jovens situam-se, para mais de 75% dos concelhos, acima da maioria dos valores observados para os países da Europa em 1980, e mesmo do valor para Portugal no seu conjunto (26%). A excepção é constituída pelo grupo de concelhos que inclui o Porto e os concelhos fronteiriços do Alto Minho.

O "rácio de dependência" permite expressar sinteticamente o peso global dos "dependentes" em cada concelho (26). Os rácios mais favoráveis verificam-se em vários concelhos do Distrito do Porto, incluindo a maior parte dos que constituem a Área Metropolitana. No outro extremo da distribuição, encontramos um grupo de concelhos do interior, fortemente atingidos pela emigração e com populações envelhecidas "no topo". As posições intermédias são ocupadas por uma diversidade de concelhos, sendo difícil detectar grupos homogêneos. Importa notar, contudo, que os concelhos que conheceram um processo mais intenso de industrialização, que têm como sede centros urbanos de alguma importância ou que se encontram mais directamente sob influência da cidade do Porto tendem a apresentar rácios mais favoráveis. Em contrapartida, a "interioridade" e "ruralidade" acompanha tendencialmente a deterioração dos rácios de dependência. Este padrão parece sugerir serem, sobretudo, os factores favorecendo a fixação da população adulta em idade activa que influenciam a evolução dos rácios de dependência, compensando, em muitos casos, os efeitos geradores de envelhecimento decorrentes da evolução da

fecundidade e da emigração ou, inversamente, contribuindo para a sua acentuação.

Globalmente, a região passou por um processo de envelhecimento da sua população no período pós-1960, sendo o factor mais importante, sem dúvida, a espectacular queda da fecundidade verificada, com especial intensidade, na segunda metade da década de 1970. Este declínio foi acompanhado de uma queda paralela da mortalidade, em especial da mortalidade infantil. A emigração contribuiu, igualmente, para o envelhecimento da população, agindo sobre os níveis de fecundidade, por um lado, através da remoção de adultos em idade fértil, da adopção da contracepção e contribuição para a sua difusão por parte de famílias emigradas (quer em visitas ocasionais, quer quando do seu regresso definitivo), e, por outro, de maneira indirecta, fazendo diminuir a proporção global de adultos em idade activa.

(Inserir Quadro II)

Tanto o declínio da fecundidade como o da mortalidade infantil (e, provavelmente, da mortalidade global), estão ligados a algumas das transformações ocorridas no pós-25 de Abril. Entre estas, é importante lembrar a liberalização das atitudes em relação à procriação, nomeadamente a legitimação da intervenção activa no processo procriativo, expressa através de conceitos como "paternidade responsável" ou "planeamento familiar", veiculados quer através do Estado, quer mesmo através de instituições como a Igreja Católica que, lembre-se, embora recusando os métodos que designa por "artificiais", aceita o princípio do planeamento familiar.

Outro factor muito importante foi a generalização, pela primeira vez, de cuidados primários de saúde, inaugurada com a instituição, em 1975, do Serviço Médico à Periferia, que permitiu não só um mais eficiente combate às causas da mortalidade infantil, nomeadamente através da informação e acompanhamento das crianças nos primeiros meses de vida, mas também a difusão de informação e meios contraceptivos, potenciada, aliás, em muitos casos, pelas redes femininas informais de amizade, vizinhança ou parentesco. e pela já referida influência de emigrantes em visita ou regressados. Um dos efeitos do Serviço Médico à Periferia residiu, também, na neutralização ou desarticulação da dominação ideológica, no plano local, de alguns dos agentes tradicionais do processo de socialização, como o professor primário, o pároco ou o médico local. É possível, embora não esteja claro, que a extensão da escolaridade e a maior circulação de professores exteriores às comunidades locais tenha igualmente tido influência neste campo (27).

Posteriormente a 1980, a fecundidade continuou a cair, não se detectando sinais de uma inversão de tendência. Assim, é previsível que se acentue o envelhecimento da população, agora quase totalmente dependente do contínuo declínio da fecundidade, dada a diminuição da intensidade da emigração e o movimento inverso de regresso de emigrantes.

2.2. A tentativa de criação de um sistema unificado e centralizado de Segurança Social aproximando-se do modelo do Estado-Providência é, entre nós, um processo recente. O Estado Novo procurou, sem grande sucesso, desde os finais dos anos 50, reformar a Previdência Social, procurando, através da intervenção directa do Estado, colmatar as lacunas decorrentes da limitada eficácia da aplicação do princípio de que as instituições de protecção social deveriam resultar da iniciativa de entidades privadas ou dos organismos corporativos, cabendo ao Estado um papel supletivo neste campo, que havia sido a orientação geral do regime até então (28).

Mas foi apenas em finais da década de 1960, sob o marcelismo, que pela primeira vez se procurou enquadrar parte da força de trabalho portuguesa, em alguns sectores da indústria e dos serviços, num processo de acumulação de tipo fordista, e alargar os benefícios sociais no quadro de um sistema que procurava replicar algumas das situações encontradas nos países de capitalismo avançado. Em boa parte, a organização da Segurança Social no pós-25 de Abril apoiou-se em algumas das instituições e mecanismos criados durante aquele período. O marcelismo procurou, assim, realizar a tarefa impossível de criar um sistema de protecção social e um novo enquadramento das relações laborais, mais consentâneo com o modelo de crescimento da economia então adoptado, sem proceder à criação de um pacto político capaz de sustentar o novo projecto de desenvolvimento, e que implicava a democratização da sociedade portuguesa, em especial o reconhecimento do direito de participação plena dos vários grupos e classes sociais no processo político. Sem esta mudança, não foi possível alargar os direitos dos trabalhadores através de um pacto negociado com os detentores dos meios de produção e com o Estado, o que levou a que, rapidamente, a concessão de direitos levasse à radicalização das lutas sociais por novos direitos. Assim, a tentativa de alargar a componente de legitimação do regime, reduzindo a importância da componente repressiva saldou-se por um fracasso, na ausência de efectiva democratização (29).

Após o 25 de Abril, o direito de todos os cidadãos à protecção e segurança social, e a criação de um sistema integrado de Segurança Social e de um Serviço Nacional de

Saúde, abrangendo toda a população, foram formulados como um dos mais importantes objectivos programáticos do novo regime, consubstanciado, aliás, na Constituição da República de 1976. É importante lembrar, contudo, alguns dos obstáculos maiores à plena realização deste objectivo.

Num plano formal, a legislação social e do trabalho em Portugal passou a ser das mais avançadas em toda a Europa. Contudo, a efectiva aplicação desses direitos chocou com vários condicionamentos de ordem interna e externa, que foram já analisados em pormenor por outros investigadores, nomeadamente por Boaventura de Sousa Santos. Recordarei, aqui, apenas os aspectos mais importantes.

Em primeiro lugar, o alargamento formal dos direitos sociais, contrariamente ao que acontecera nos países de capitalismo avançado, fez-se independentemente da sua vinculação ao processo de acumulação, e sem negociação envolvendo os chamados parceiros sociais, mediatizada pelo Estado. O colapso de parte do aparelho produtivo resultante da crise revolucionária, a carência de recursos por parte do Estado para cumprir os compromissos decorrentes do reconhecimento formal dos direitos dos cidadãos, a crise petrolífera e suas consequências, abrindo um período de relativa escassez de recursos - aliás já previsível no tempo de Marcelo Caetano -, entre outros factores, impediram que ao reconhecimento formal dos direitos sociais correspondesse a sua efectiva aplicação (Santos, 1985, 1987). Esta situação tornava-se tanto mais grave, quanto se verificou um alargamento dos benefícios sociais a sectores que não deveriam contribuir para o financiamento do sistema, através da definição dos vários regimes parcialmente contributivos ou não contributivos, gerando-se assim, ao longo do período posterior a 1975, sobretudo, um déficite financeiro crescente do sistema de Segurança Social, agravado ainda pelo conhecido problema das dívidas dos empresários à Segurança Social (30).

Ao longo do período posterior a 1976, a actuação do Estado caracterizar-se-á, neste campo como em vários outros, pela redução de facto da aplicação desses direitos e sua subordinação ao relançamento do processo de acumulação, através de um conjunto de práticas designadas por Boaventura de Sousa Santos de "Estado paralelo", contraposto ao Estado "oficial", e que se manifestou, por exemplo, na aplicação selectiva de certas leis, na não-regulamentação de alguns direitos, impedindo, assim, a sua aplicação, na tolerância perante ou ineficácia em impedir a violação da lei no respeitante ao pagamento de salários, ao trabalho infantil ou às já referidas dívidas à Segurança Social (Santos 1985). Por sua vez, o "défice corporativo" dos vários grupos e

classes sociais na sociedade portuguesa, e as tendências para o autoritarismo burocrático no seio da nossa administração pública, aliado ao facto de os direitos consignados na Constituição não terem sido obtidos através da luta e negociação entre parceiros sociais, levou a que esses direitos não chegassem a ser interiorizados como tais nem pelos cidadãos, nem pela administração (Santos, 1987: 57ss).

O processo de relançamento da acumulação numa fase de reorganização do sistema capitalista mundial e num contexto de escassez dos recursos do Estado levou a que o tema da gestão financeira da Segurança Social ocupasse um lugar central neste período, servindo de argumento para a não-realização efectiva de muitas disposições constitucionais neste campo. E de notar que, durante este período, se acentuou, também, a tendência para a precarização da relação salarial, com o crescimento das situações de contrato a prazo, trabalho a tempo parcial, trabalho por conta própria, ou o recurso ao trabalho subcontratado (Santos, Reis e Marques, 1986; Rodrigues, 1988). O trabalho a domicilio ou o trabalho infantil tornaram-se duas das expressões mais conhecidas da desvalorização do salário e da fuga, por parte dos empresários, ao pagamento de contribuições para a Segurança Social neste contexto de precarização do emprego.

É importante referir que, para além dos problemas já mencionados, o efectivo alargamento da protecção social caracterizou-se por um outro factor, que tem particular relevância para esta região. O alargamento, quer do campo de aplicação pessoal, quer do campo de aplicação material das prestações sociais levou, a partir de meados da década de 1970, a um "boom" no número de pessoas que passaram, oficialmente, a declarar como principal meio de vida prestações ou pensões pagas pelo Estado, o que é manifesto na substancial redução, para o conjunto do país, da percentagem da população com mais de 15 anos sem actividade económica que, em 1970, se apresentava como "domésticos" (de 74.4 para 41.3%), e um correspondente aumento da percentagem de reformados ou aposentados (de 5.6 para 28.2%) (Rodrigues, 1985: 722).

Ao examinar estes números, é importante não esquecer que, conforme foi já demonstrado em vários estudos - e como se pode verificar através de uma simples comparação da evolução do índice de preços ao consumidor e do montante das pensões sociais e reformas -, a sobrevivência de pensionistas e reformados com base apenas nessa fonte de rendimento é manifestamente impossível. Vale a pena citar, a esse respeito, as conclusões de um estudo recente sobre a pobreza em Portugal:

"...com valores que ficam muito aquém dos valores do salário mínimo, a curva de pensão média assinala uma acentuada descida de 1976 a 1979, com ligeiríssima melhoria de 1979 a 1981, para conhecer decréscimos até 1984, sendo de destacar que, neste ano, se situa abaixo da linha de pobreza definida para um adulto em zona rural" (Costa et al, 1985: 181)(31).

(Inserir Quadro III)

No Norte Litoral, em 1981, a percentagem da população com 12 anos ou mais que declarava, como principal meio de vida, depender permanentemente de pensões pagas pelo Estado variava, nos 40 concelhos, entre 10 e 27%. Para a população com 65 anos ou mais, os valores vão de 71 a 96%. Atendendo ao que foi dito no parágrafo anterior, presume-se que os pensionistas - como os detentores do salário mínimo ou os desempregados, para citar apenas dois casos de detentores de remunerações ou rendimentos mínimos "garantidos"-, possuem outras fontes de rendimento, que lhes permitem sobreviver e mesmo, em muitos casos, manter um nível de vida compatível com os padrões mínimos socialmente aceitáveis. É sabido que em Portugal, mesmo no auge do período durante o qual a "crise" constituía tema permanente e central do discurso governamental, o consumo manteve-se, em geral, a níveis relativamente elevados, aparentemente incompatíveis com a situação de catástrofe iminente que o discurso oficial não se cansava de denunciar. Como lembrava Boaventura de Sousa Santos,

"..., se nos colocarmos no campo das interacções sociais concretas, verificamos que as manifestações sociais da crise são em geral relativamente moderadas. Os padrões de socialização não acusam grande desgaste, a criminalidade não tem aumentado para além do que é normal e não há sinais de desagregação social generalizada. Há, sem dúvida, fome e miséria em muitas famílias de trabalhadores. Há zonas do País declaradas como de emergência social. Contudo, o facto de poderem ser localizadas significa que as situações que as definem não podem ser generalizadas. Pelo contrário, a vida social apresenta uma normalidade que, embora mediocre ou instável, é fortemente contrastante com a situação quase catastrófica anunciada pelos indicadores" (Santos, 1985: 877).

Para o mesmo autor, a explicação de tal paradoxo residiria no que designa por "descoincidência entre o nível de desenvolvimento da produção capitalista e o nível de desenvolvimento da reprodução social", que se apoiaria na

forte presença da pequena agricultura familiar na formação social portuguesa. A função principal desta seria a de "reprodução da força de trabalho mediante a criação de rendimentos complementares (e até substitutivos, no caso do desemprego ou dos salários em atraso) dos salários industriais" (Santos, 1985: 877). Seria possível, assim, manter níveis de consumo elevados apesar da situação de crise expressa pelos indicadores oficiais da actividade económica (32).

Penso ser importante prolongar esta análise em dois sentidos. Em primeiro lugar, e como se depreende da alusão a esta tese em relação com o tema deste trabalho, os mecanismos que geram rendimentos não-salariais assumem uma importância decisiva para a reprodução dos sectores da população que estão fora da força de trabalho "oficial" e que, mesmo quando beneficiam de algum tipo de rendimento cujo nível mínimo é garantido por lei (como é o caso dos pensionistas. Assim, como veremos a seguir, a percepção das pensões e outras prestações da Segurança Social como um "benefício" social exige que elas constituam parte de um fundo mais vasto, e que algumas das necessidades básicas da reprodução sejam satisfeitas minimizando os custos monetários. Em segundo lugar, importa interrogar-nos sobre a possibilidade de a pequena agricultura familiar constituir um caso especial de mecanismos geradores/redistribuidores de rendimento que não exigem, necessariamente, a presença de actividade agrícola. Penso que é possível detectar no que designarei por "familismo" o princípio de organização que subjaz à existência de modos "informais" ou exteriores ao modo de produção capitalista ou aos sistemas produtivos locais de gerar recursos complementares capazes de suportar a descoincidência entre níveis de produção e de consumo.

Começemos por examinar a segunda proposição. Ela apoia-se nos resultados da análise do peso da componente agrícola na população dos concelhos da região, utilizando uma abordagem semelhante à que foi já proposta por vários autores (33). Os dois indicadores de base são o rácio de explorações agrícolas (de dimensão superior a 0.02 ha) sobre o número de famílias residentes, e o rácio da população agrícola familiar (em explorações de dimensão igual ou superior a 0.5 ha ou equivalente) sobre a população total.

(Inserir Quadro IV)

Como se pode verificar a partir do Quadro IV, a distribuição do peso da pequena agricultura pelos 39 concelhos apresenta-se como bastante desigual, com valores muito baixos para os concelhos do grande Porto e para Guimarães e Braga. O peso tende a aumentar à medida que se

avança para Norte ou para o interior, com a quase totalidade do Distrito de Viana do Castelo e os concelhos do interior dos Distritos de Braga e do Porto apresentando valores bastante elevados. Uma primeira característica interessante, que a observação dos dados à escala do Distrito esconde, é a diversidade das situações encontradas nos concelhos da região têxtil do Vale do Médio Ave, oscilando entre os 17% para Guimarães e os 45% para Santo Tirso, e ligada, presumivelmente, à especificidade histórica do desenvolvimento em cada concelho. É de salientar, ainda, a relativa importância dos valores para alguns dos concelhos com maior peso industrial ou caracterizados por importantes migrações pendulares de trabalhadores na indústria e serviços do Distrito do Porto (fora da área do Grande Porto), da ordem dos 40%. Uma primeira conclusão a tirar será a de que a ligação directa das famílias à pequena agricultura tende a ser menor em concelhos em que existem núcleos urbanos importantes, sendo por isso a sua importância variável em concelhos com tecidos industriais não muito diferentes. Se passarmos a considerar o segundo indicador, verificamos que a sua distribuição relativa não é muito diferente da do primeiro, confirmando a mesma impressão geral.

É possível introduzir um pouco mais de rigor neste exercício se considerarmos, em primeiro lugar, o que pode ser tido como um indicador mais directo da presença da pluriactividade e/ou do plurirrendimento nas famílias da região. Para tal, decompus o primeiro rácio (explorações/famílias), de maneira a considerar o peso global das famílias que obtêm a totalidade dos seus rendimentos da exploração agrícola, das que obtêm a maioria dos seus rendimentos da exploração, e, finalmente, por um lado as que obtêm menos de 50% dos rendimentos da exploração, e por outro as que, trabalhando explorações de dimensão inferior a 0.5 ha ou equivalente, presumivelmente terão de obter também rendimentos a partir de outras fontes.

As distribuições obtidas a partir destes indicadores mostram, em primeiro lugar, o peso considerável da pluriactividade e do plurirrendimento mesmo nas zonas (como a maior parte dos concelhos do Distrito de Viana do Castelo) onde a ligação à agricultura é virtualmente universal. As Contas do Rendimento das Famílias, elaboradas pelo GEBEI, apesar de não estarem desagregadas por concelho, permitem sugerir que, para os concelhos situados na parte inferior da distribuição (incluindo a maior parte do Distrito do Porto e os concelhos mais industrializados do Distrito de Braga), a principal fonte de rendimento provém dos salários, complementada em graus variáveis pelos rendimentos da pequena agricultura. Para os outros concelhos, as remessas

de emigrantes constituem, provavelmente, a principal fonte de rendimentos exterior à actividade agrícola (34).

O ponto que me parece importante realçar é o limitado peso da presença directa da pequena agricultura em grande parte dos concelhos mais industrializados da região. Conhecendo-se os baixíssimos níveis de salários em muitos dos ramos ditos tradicionais da indústria com forte presença na região (têxtil, vestuário, calçado, madeiras e mobiliário, por exemplo), e argumentando-se frequentemente ser esta presença da pequena agricultura o factor que permite a manutenção mais ou menos generalizada desses baixos salários, torna-se necessário procurar explicar os mecanismos que, em algumas áreas da região, desempenham o papel que noutras cabe à pequena agricultura complementar na formação dos salários e, recordemo-lo, na geração dos rendimentos necessários à reprodução dos sectores da população que estão fora da força de trabalho (35).

O artigo citado de Boaventura de Sousa Santos inventaria uma série de mecanismos que permitiram o aumento das disponibilidades em numérico da população trabalhadora, tais como as várias formas da chamada "economia subterrânea", o alargamento das prestações da Segurança Social, o congelamento das rendas urbanas, os juros das poupanças (depósitos a prazo) ou as já mencionadas remessas de emigrantes (Santos, 1985: 882-883). Num outro trabalho, o mesmo autor aponta para a importância dos vínculos que continuam a existir entre famílias de proletarização recente e parentes que permaneceram ligados à agricultura, lembrando o peso que tais vínculos continuam a ter sobre os estilos de vida, a troca de bens materiais e simbólicos e a expectativa de encontrar no campo e na agricultura uma defesa contra momentos de crise em meio urbano (Santos, 1986:183-185). Esta última observação lembra-nos que, para muitas famílias de assalariados que não estão directamente ligadas à agricultura, os vínculos familiares com parentes que vivem em zonas rurais e que se dedicam à agricultura pode permitir a aquisição de bens alimentares essenciais a custos simbólicos ou a título de oferta, muitas vezes de maneira regular. Desta forma, evita-se os custos de aquisição de produtos agrícolas em meio urbano, que, como é sabido, incluem margens de lucro substanciais para os intermediários. O peso das despesas com alimentação tende assim a constituir uma fracção em muitos casos substancialmente mais reduzida dos orçamentos familiares do que seria o caso se os produtos alimentares fossem adquiridos, na maior parte ou na sua totalidade, no mercado.

Neste caso, não se verifica uma ligação das famílias à pequena agricultura de modo directo, como produtores a tempo

inteiro ou parcial. O fluxo de bens de origem agrícola faz-se através das redes de solidariedade familiar, que, aliás, não funcionam apenas neste caso. Outros tipos de bens e serviços podem ser obtidos a preços inferiores aos do mercado ou a título gratuito através da mobilização das solidariedades familiares e de outros tipos de solidariedade de grupo, nomeadamente as vicinais. Torna-se possível, deste modo, reduzir os custos de reprodução no respeitante a diferentes tipos de reparações domésticas, da fabricação de pequenas peças de mobiliário ou da feitura e reparação de vestuário, por exemplo. O próprio acesso a emprego na indústria passa, com frequência, nas áreas de industrialização difusa, pela mobilização de solidariedades familiares.

A co-residência de activos com familiares que não estão no mercado de trabalho (idosos ou incapacitados para o trabalho, por exemplo) ou que não trabalham com regularidade fora de casa (mulheres, crianças, desempregados) pode facilitar a gestão do tempo e da economia doméstica, permitindo, por exemplo, reduzir o tempo das mulheres activas em tarefas domésticas, tomando conta de crianças ou participando em actividades produtivas a domicílio (frequentemente sob a forma de trabalho clandestino). Finalmente, é importante não esquecer as economias de escala geradas pela co-residência, em termos de despesas com água e saneamento e com energia, e, por vezes, com rendas de casa. A criação de um fundo comum de manutenção do grupo co-residente, para o qual os vários membros contribuem com rendimentos oriundos de fontes diversas, permite, em muitos casos, resolver o problema da reprodução daqueles que, individualmente, não dispõem de recursos em quantidade e qualidade suficiente para garantir a sua sobrevivência. Em algumas zonas, onde a segregação residencial de pessoas oficialmente classificadas como "não-activas" (idosos e reformados, nomeadamente) atinge alguma expressão, alguns dos mecanismos acima referidos podem assumir a forma de transferências de bens e de serviços entre grupos co-residentes formalmente separados, mas não poucas vezes fortemente interligados por esses fluxos de bens e serviços (v. Quadro VI).

(Inserir Quadro VI)

A percentagem de grupos co-residentes nessas condições é superior a 10% em todos os concelhos, e chega a atingir valores que vão de 20 a 30% nos concelhos do Distrito de Viana do Castelo e nos concelhos do interior dos Distritos de Braga e Porto, mais atingidos pela emigração. A percentagem da população que vive em grupos co-residentes sem activos oscila entre 5% e 17%, apresentando uma

distribuição geográfica semelhante. A esta situação não será alheia a importância das remessas de emigrantes no rendimento total das famílias daquelas áreas.

Se considerarmos, adicionalmente, a informação referente à percentagem de pensionistas com idade igual ou superior a 12 anos e com 65 anos ou mais (Quadro III), e à percentagem da população total com 65 anos ou mais com actividade na exploração (Quadro VII), torna-se possível sugerir o perfil da combinação de fontes de rendimento nas zonas em que o envelhecimento da população gerou um peso considerável dos sectores "dependentes", com particular incidência para os idosos.

(Inserir Quadro VII)

Torna-se claro, assim, que as pensões, não garantindo embora um rendimento que permita a alguém que delas dependesse exclusivamente viver acima do limiar de pobreza, podem constituir, quando associadas a outras fontes de rendimento, um acréscimo de recursos monetários susceptível de contribuir, pelo menos em alguns casos, para a formação de poupanças ou para o acréscimo do consumo. Só assim se compreende que o discurso oficial do Estado reconheça, por um lado, a manifesta insuficiência das pensões como fonte única ou principal de subsistência, procedendo a actualizações periódicas do seu montante, mas que as conversam a níveis inferiores ao que o próprio Estado reconhece não constituir um mínimo aceitável, e, por outro, não sinta necessidade de explicar o paradoxo da sobrevivência dos pensionistas, fenómeno manifestamente inexplicável a partir da imagem "oficial" da realidade social ... As já referidas formas de autoritarismo que marcam a relação entre a administração e os cidadãos, em Portugal, e a falta de interiorização dos direitos sociais, enquanto direitos, por parte de uma e de outros, acentua a percepção das pensões e outras prestações sociais como "benefícios", como algo que, não sendo inteiramente merecido, decorre, sobretudo, da generosidade dos Governos, da administração e dos seus agentes. É importante notar, ainda, que a "viabilização" do sistema "formal" de Segurança Social não pode ser concebida sem a persistência dos modos "informais" de produção da solidariedade social. Só assim se torna possível alargar o campo de aplicação pessoal e material da Segurança Social através de uma inclusão virtualmente completa da população em algum esquema oficial de protecção social, apesar do progressivo agravamento dos problemas de financiamento do sector.

Em termos das suas implicações no plano da dependência em relação ao mercado, os processos que temos vindo a discutir não deixam de recordar, *mutatis mutandis*, o que Gershuny chamou a "informalização" crescente das sociedades modernas, através da substituição de serviços adquiridos no mercado pela sua produção no espaço doméstico. Gershuny faz depender essa "informalização" de avanços tecnológicos no plano do equipamento doméstico, permitindo realizar mais tarefas em menos tempo e, por conseguinte, aumentar consideravelmente o número de tarefas realizadas durante um período igual (Gershuny, 1985). No caso presente, a "informalização" apoia-se, sobretudo, na disponibilidade de tempo não utilizado por parte dos sectores "excedentários", "dependentes" ou "marginais" da população, e da extensão do tempo de trabalho realizado pelos activos com ocupação.

Estes modos "informais" de produção de bens e serviços dependem, para a sua viabilidade, da manutenção de redes de solidariedade "tradicionais", nomeadamente as que assentam na família. A vitalidade destas redes de solidariedade terá sido estimulada, em grande medida, pelo carácter tardio e incompleto (quando comparado com o das formações sociais centrais) do processo de salarização em Portugal (como acontece, aliás, de maneira mais geral, nos países da Europa do Sul), e das próprias insuficiências das instituições públicas e particulares de solidariedade social, ao longo de todo o período que precedeu o que aqui nos ocupa. Dada a centralidade das relações familiares nessas redes de solidariedades tradicionais, penso ser pertinente utilizar o conceito de "familismo" para descrever essa característica estrutural, que parece ser comum às formações sociais semi-periféricas. Localmente, o "familismo" pode conduzir a configurações distintas dos padrões de co-residência, de relações para além do grupo co-residente ou da associação entre espaço doméstico e actividade produtiva. O que importa reter, aqui, é que o seu fundamento comum é a forte persistência de solidariedades familiares, que tendem mesmo a resistir à acção desagregadora de processos como o recente declínio da fecundidade. A prazo, é este último fenómeno que, a prosseguir ao ritmo dos últimos anos, poderá inviabilizar, sob o ponto de vista demográfico, a reprodução do familismo nas suas formas actuais, conduzindo, por exemplo, no espaço de algumas gerações e para um número muito significativo de famílias, à extinção de certos laços de parentesco (irmãos no caso de filhos únicos, por exemplo). Esta situação poderá, contudo, vir a ser compensada pelo reforço de outros tipos de solidariedade inter-familiar, cuja matriz é visível nas formas existentes (vicinalidade, por exemplo) (36).

Uma parte substancial dos mecanismos informais mencionados depende de uma mobilização mais ou menos intensa do trabalho doméstico da mulher, dos parentes idosos, das crianças, ou do trabalho "informal" ou clandestino dos que, na família, não se encontram empregados. Os sectores "excedentários" e "marginais" em relação ao núcleo central da economia capitalista conseguem, desta forma, não só assegurar a sua reprodução de acordo com padrões socialmente aceitáveis, limitando a sua dependência em relação aos recursos redistribuídos pelo Estado, como contribuir para a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho empregada no sector "formal" da economia. No respeitante ao desemprego e às situações de emprego precário, esta articulação dos modos de produção da protecção social permite amortecer os efeitos sociais desses fenómenos e, em particular, enfrentar o problema da incerteza gerada pelas transformações no ciclo da vida activa a que faz referência noutro ponto deste trabalho. Contrariamente à situação descrita nas análises clássicas da constituição da força de trabalho "livre" sob o capitalismo, nestas condições, a salarização não é um "caminho sem regresso".

A importância dos modos de produção extra-estatais e informais da protecção e solidariedade social levou Boaventura de Sousa Santos a propor para Portugal a designação de "sociedade-providência", contrapondo assim a situação portuguesa à que existe nas formações sociais centrais, em que a forma política do Estado-Providência ocupa um lugar central no processo de reprodução social. Como pertinentemente mostrou o mesmo autor, é esta configuração específica da sociedade portuguesa que terá permitido a grande parte da população, num período de intensas dificuldades para a economia "oficial", manter níveis de consumo relativamente elevados, e amortecer, em muitas regiões do país, o impacto da crise dos anos 70 e início dos anos 80. É ele, ainda, que sustenta, em boa medida, a legitimidade do Estado apesar da manifesta discrepância entre o quadro legal e as realizações práticas no terreno dos direitos sociais (Santos, 1985, 1986).

Neste contexto, os sectores "excedentários", "marginais" e "dependentes" da população constituem um factor de primordial importância no funcionamento global da formação social portuguesa, particularmente em períodos de reorganização do sistema produtivo e do sistema de emprego e das políticas sociais. Até que ponto esta articulação de modos de produção da segurança social poderá constituir o fundamento de uma nova concepção no tocante à realização dos princípios da Segurança Social é uma incógnita. Mas há que recordar, contra todas as utopias de "devolução" à sociedade civil dos mecanismos de solidariedade social, que ela

assenta, em medida não desprezível, na negação parcial dos direitos das mulheres e na intensificação do trabalho doméstico, em situações que, frequentemente, conduzem à exploração do trabalho infantil (ainda que não percebida como tal pelas famílias) e da limitação dos direitos da população idosa (37).

* Universidade do Minho/Instituto Politécnico de Viana do Castelo. A investigação que serviu de base a este trabalho foi realizada enquanto o autor era bolsheiro do Instituto Nacional de Investigação Científica. Os dados demográficos foram produzidos no âmbito de um projecto de investigação conjunto com Christopher Wilson, da London School of Economics, e Pauline Airey. Parte do material que permitiu a elaboração do argumento aqui apresentado foi recolhido em conjugação com o Grupo do Noroeste (Caroline Brettell, Elizabeth Reis, João Arriscado Nunes, João de Pina Cabral, Rui Graça Feijó e Sally Cole). Agradecemos o apoio do Social Science Research Council (New York) e do Instituto de Ciências Sociais. As posições aqui defendidas são da inteira responsabilidade do autor.

NOTAS

1) A expressão é utilizada por Lesthaeghe (1980).

2) Marx, 1976:783. A referência a Marx como ponto de partida para a reflexão aqui feita encontra uma justificação particular no facto de, ainda hoje, a sua obra constituir a análise do capitalismo que combina de maneira mais convincente a dissecação da lógica interna do modo de produção com o reconhecimento da sua especificidade histórica. Este último aspecto percorre, aliás, como pertinentemente lembrou Theda Skocpol, a obra de autores que, como o próprio Marx, Tocqueville, Weber e Durkheim, são geralmente considerados os pais fundadores da sociologia moderna, e cujos trabalhos assentam numa interrogação sistemática do processo historicamente peculiar da emergência das sociedades "modernas" no Ocidente Europeu e Norte-Americano (Skocpol, 1984). A capacidade demonstrada por Marx, no conjunto da sua obra, de "viajar" constantemente, nos dois sentidos, entre o que Sayer (1985: 49-50) chamou investigação "abstracta" e investigação "concreta" e entre a análise das relações "necessárias" que subjazem à lógica do modo de produção capitalista e das relações "contingentes" que configuram as manifestações historicamente observáveis do capitalismo (e que são acessíveis apenas através da pesquisa empírica) constitui uma exemplar lição de método que sobrevive às certidões de óbito que hoje está na moda passar a Marx em nome da alegada obsolescência da substância das suas análises ou da pura e simples excomunhão com fundamentos de ordem ideológica, ou,

em sentido oposto, à mumificação do seu pensamento através da canonização e da reverência acrítica.

3) Autores como Keynes ou Polanyi tiveram, de algum modo, a percepção deste problema, afirmando que a reprodução não poderia estar dependente unicamente do salário (Keynes) ou do mercado (Polanyi).

4) A apresentação mais recente e completa das teses da corrente conhecida por "New Home Economics" encontra-se em Becker (1981). Podem ser encontradas críticas a esta corrente com pertinência para o tema deste trabalho em Cleland e Wilson, 1987 (que abordam, em geral, o tema das teorias econômicas da fecundidade), Ruggles, 1987: 13:29 (a "New Home Economics" é discutida a pp. 16-20), Lesthaeghe, 1983 e 1987, Smith, 1986 e Ryder, 1983. Os problemas ligados à utilização da noção de "gosto" pelos economistas da família (com referência explícita a Becker) são discutidos em Bourdieu, 1979, sendo especialmente relevante os comentários a pp.110-112 (crítica explícita de Becker a pp. 111, nota 4) e Bourdieu, 1984: 155-172, 196-221. Para uma crítica da utilização da mesma noção de "gosto" na análise da discriminação no mercado de trabalho, ver Bettio, 1988: 13-14. Tanto Bourdieu como Bettio apontam para a ausência de interrogação, por parte de muitos economistas, acerca das condições sociais e econômicas de produção dos "gostos". No mesmo sentido, Smith, no trabalho já citado, critica os "household economists of the likes of Gary Becker who blatantly treat family organization as a given rather than as something that has itself to be explained" (189). As teses de Caldwell são desenvolvidas em Caldwell, 1982.

5) Ver, por exemplo, Meillassoux, 1976, ou a contribuição de Seccombe incluída em Dickinson e Russell, 1985. A reprodução social, de modo geral, constitui o tema desta última obra e de Smith et al (1984).

6) Uma formulação anterior da mesma ideia por Offe, recorrendo a linguagem sistêmica, pode ser encontrada em Offe, 1984: 35-64.

7) O economista Richard Easterlin foi um dos raros autores a tentar lidar com este problema de maneira sistemática. As suas ideias a este respeito encontram-se expressas, de modo bastante acessível a não-economistas, em Easterlin, 1980. No essencial, a sua tese (conhecida por "hipótese de Easterlin"), pode resumir-se da seguinte forma: a) a fecundidade de uma geração é determinada pelo rácio do seu rendimento real em relação ao rendimento esperado ("rendimento relativo") em função da exposição dos membros dessa geração aos padrões de vida da geração anterior, e são

formados, no essencial, durante a adolescência; b) o bem-estar econômico e o rendimento relativo de uma coorte determinada está associada negativamente à dimensão dessa coorte, ou à dimensão desta em relação à coorte dos seus progenitores, gerando-se assim ciclos nos nascimentos, fecundidade e distribuição por idades com uma duração de duas gerações. Embora as hipóteses de Easterlin e os resultados de investigações empíricas nelas baseadas tenham sido bastante criticados a partir de diferentes pontos de vista, é importante reconhecer que Easterlin é um dos raros autores a reconhecer abertamente a importância de considerar explicitamente como sujeita a problematização, na análise da dinâmica demográfica, a relação entre os níveis micro e macro e a introduzir a dimensão tempo nessa análise.

8) Sobre a especificidade dos sistemas de devolução de risco em contextos históricos e sociais distintos, ver Smith, 1981, 1984b, 1985, 1986, s.d., Lesthaeghe, 1980, e as contribuições incluídas em Dickinson e Russell, 1985. Weir e Skocpol, na sua discussão das respostas "Keynesianas" à Grande Depressão na Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos, chamam a atenção para a necessidade de considerar, na análise comparativa, para além das características estruturais dos estados, "the preexisting legacies of public policies" (1985: 109). Entre alguns trabalhos recentes que permitem identificar a especificidade das tentativas de construção de um Estado-Providência na Europa do Sul, ver, por exemplo, Balbo (1976) e Ferrera (1985) para a Itália, Cruz Roche (1985) para a Espanha e Santos (1987) para Portugal.

9) Para diferentes abordagens deste tema, ver Rosanvallon, 1984, Offe, 1984, Schmitter, 1987, Santos 1987 (em especial pp. 13-30) e a contribuição de Bob Russell incluída em Dickinson e Russell, 1985: 309-337).

10) É útil recordar que o alargamento do campo de intervenção do Estado no domínio da reprodução social levou ao surgimento de novas profissões especializadas, como a de assistente social, ao lado de um alargamento do corpo de funcionários administrativos com funções mais "convencionais". Sobre os assistentes sociais, ver Verdés-Leroux, 1978; acerca do surgimento e institucionalização da profissão e da formação de assistentes sociais em Portugal, ver Carvalho e Mouro, 1987.

11) Preston, 1984; ver igualmente o comentário de Smith, s.d.: 18-22 a esse artigo, onde as posições de Preston são discutidas em perspectiva histórica e comparada.

12) Sobre a produção das representações da sociedade, ver Becker, 1986: 121:135.

13) A literatura sobre as actividades "informais" tem crescido substancialmente ao longo últimos anos. Entre os trabalhos que, pessoalmente, considerarei de maior utilidade para o tema aqui abordado, incluem-se Redclift & Mingione, 1985, Pahl, 1988 (em especial as contribuições de Enzo Mingione para esses dois volumes) e Mingione, 1983; no respeitante ao caso português, Cabral, 1983, Figueiredo, 1985, Lobo, 1985, Rodrigues, 1988, Santos, 1985 e 1986.

14) Sobre as transformações do capitalismo desde os finais da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, durante os anos 70 e 80, ver Boyer, 1986, Cruz Roche et al, 1985, Offe, 1985, Santos et al, 1986.

15) Para diferentes discussões do conceito de semiperiferia, especialmente dos problemas decorrentes da sua aplicação às formações sociais da Europa do Sul, ver Arrighi, 1985, em especial os capítulos da autoria de I. Wallerstein, G. Arrighi, Maurice Aymard e Peter Lange; a Introdução a Hudson e Lewis, 1985, e o capítulo da autoria de Salvador Giner no mesmo volume; a Introdução a Williams, 1984; Fortuna, 1987; Mateus, 1987; Reis, 1985; Santos, 1985, 1986, 1987; Santos, Reis e Marques, 1986. O conceito de semi-industrialização, utilizado por Maria João Rodrigues (1988), coincide, em boa parte, com várias das definições propostas de semiperiferia, e suscita problemas de aplicação muito semelhantes. Também as análises de Ferrão (1982, 1985) sobre as classes sociais constituem uma contribuição importante para a definição da especificidade da estrutura social em Portugal, e fornecem indicações importantes para a definição, nesse plano, da semiperifericidade. Pessoalmente, concordo com a posição de Santos (1985) e Reis (1985), quando defendem a necessidade de regionalização do conceito de semiperiferia, definindo a sua especificidade para as diferentes regiões do sistema-mundo. No que diz respeito à Europa (onde a semiperiferia coincide, em boa parte, com a Europa do Sul), e baseando-me na informação disponível, parece-me serem cinco os elementos definidores das situações semiperiféricas: as diferenciações espaciais internas dos sistemas de produção e reprodução e da sua articulação; a descoincidência entre os níveis da produção capitalista e os padrões de reprodução social; a dualidade da actuação do Estado e a articulação entre autoritarismo "tradicional" e autoritarismo "tecnocrático" nas relações entre a administração pública e os cidadãos; a extensão relativamente limitada da relação salarial, quer em termos da proporção da população activa por ela coberta, quer em termos da sua frequência como fonte única de rendimento regular, com a correspondente importância dos

sectores "marginais" (produtores autónomos, pequenos agricultores, trabalhadores familiares não-remunerados, trabalhadores por conta própria) em relação ao núcleo central do emprego "garantido"; finalmente, o peso estrutural do "familismo", factor que será analisado em pormenor mais adiante.

16) O essencial dos estudos sobre o declínio da fecundidade na Europa foram realizados no âmbito do chamado Projecto de Princeton, que incluiu um estudo sobre o declínio da fecundidade em Portugal do século XIX a 1960, da autoria de Massimo Livi Bacci. Para uma visão de conjunto dos resultados do Projecto, ver Coale e Watkins, 1986. Interpretações alternativas dos mesmos resultados foram propostas por Cleland e Wilson (1987), Seccombe (in Dickinson e Russell, 1985), Lesthaeghe (1983), Caldwell (1982) e Woods (1982: 102-130 e 158-184), entre outros. Na sua formulação inicial, a referência teórica do projecto era a teoria da "modernização", tendo os autores referidos proposto quadros de interpretação alternativos, todos eles, aliás, gerando resultados pouco convincentes em termos de explicação global. Penso que, aqui também, um quadro teórico construído a partir de uma versão regionalizada dos conceitos de centro, periferia e semiperiferia pode levar a resultados mais convincentes. Incluo uma tentativa nesse sentido na minha tese de doutoramento, em fase de conclusão, com incidência na semiperiferia europeia.

17) Para uma análise da evolução demográfica recente, ver Calot & Blayo, 1982; van de Kaa, 1987; Davis *et al.*, 1986; Lesthaeghe, 1987; Caldwell, 1982: 233-266; Simons, 1986. O processo de envelhecimento da população portuguesa para o período anterior a 1970 é objecto do trabalho de Nazareth (1979). Para a bibliografia sobre Portugal referente ao período posterior a 1960, ver os trabalhos citados em Nunes, 1988.

18) Ver os trabalhos citados nas notas 9 e 14.

19) Ver, em especial, Redclift e Mingione, 1985; Lenoir, 1985a (refere-se à França, especificamente, mas apresenta uma análise modelar dos processos aqui referidos); Offe, 1985; Pahl, 1988.

20) Ver nota 9.

21) Ver nota 19.

22) Ver notas 9 e 19.

23) Sobre este tema, ver Gregory e Urry, 1985; Carney et al., 1980 e o número da Revista Crítica de Ciências Sociais dedicado ao tema "Espaço e Industrialização" (22, 1987). Existe uma abundante literatura sobre este tema com referência ao caso italiano; a obra fundamental é Bagnasco, 1977.

24) A expressão "sectores marginais" foi colhida em Paci (1982), que define como "settore di occupazione 'marginale' quello che non contribuisce affatto o che contribuisce in modo irrisorio all' accumulazione di capitale e allo sviluppo economico nazionale. In modo più evidente, rientrano in questo settore le attività lavorative non offerte sul mercato ma rivolte all' autoconsumo e alla sussistenza domestica, rivolte cioè prevalentemente alla riproduzione della forza lavoro" (132). Na mesma obra, ver, em particular, os capítulos VII, X e XI.

25) Sobre este tema, ver as observações de Bourdieu, 1984: 143-154. Sobre o processo de produção das classificações sociais, em geral, ver Bourdieu, 1979, 1982; Cicourel, 1964, 1981; Ferreira, 1987; Lenoir, 1979, 1985b; Merllie, 1983; Pinto, 1985b. Entre as raras discussões, entre nós, da utilização da demografia para justificar a "naturalização" de certos fenómenos e classificações sociais, são de realçar Fortuna, 1981 e Ferreira, 1987: 175-76.

26) O rácio é calculado dividindo a soma da população total com idades entre 0 e 14 anos e 65 e mais anos pela população com idade entre 15 e 64 anos.

27) O indicador dos níveis de fecundidade legítima é o índice padronizado de Coale (I_g), que expressa a fecundidade observada de uma população de mulheres casadas com idades entre os 15 e os 49 anos como proporção da fecundidade que teriam as mesmas mulheres se estivessem sujeitas, em cada idade, à fecundidade das mulheres hutterites da mesma idade. A população hutterite foi escolhida como padrão, por ser a população com alguma dimensão que apresenta os níveis de fecundidade mais elevados até hoje observados. Os índices padronizados de Coale (que incluem também um índice de nupcialidade, de fecundidade geral e de fecundidade ilegítima) foram usados em todos os trabalhos realizados no âmbito do Projecto de Princeton (ver nota 16) e noutros estudos comparativos sobre a fecundidade e nupcialidade. Para uma apresentação e discussão dos índices, ver Coale & Watkins, 1986: 153-162.

A mortalidade infantil é expressa, no quadro II, em termos do número de óbitos de crianças com menos de um ano por cada mil nascimentos vivos, para cada período indicado. Todos os

indicadores utilizados foram calculados no âmbito de uma investigação em curso com Chris Wilson e Pauline Airey. Finalmente, a informação não estatística provém de trabalho em curso no âmbito do Grupo do Noroeste, em especial das primeiras entrevistas a médicos que efectuaram o Serviço Médico à Periferia na região.

28) Um excelente ponto de partida para a análise da evolução histórica e situação recente da protecção social institucionalizada em Portugal é Maia, 1985 (que, contudo, não aborda o problema da "informalidade"); para a política de família, alguns dos diplomas essenciais são apresentados em Barata, 1985.

29) Ver, sobre este ponto, Santos, 1984.

30) Sobre o financiamento da Segurança Social, ver Maia, 1985: 107-110, 146-52 e, para a situação posterior à aplicação da Lei-Quadro da Segurança Social de 1984, 170-171, bem como os dados incluídos na parte final da mesma obra.

31) Cabe referir, aqui, que concordo em geral com as críticas de Bernardo Campos ao estudo citado (ver a recensão publicada na Revista Crítica de Ciências Sociais, 22, 1987, pp. 181-183). O principal interesse do referido trabalho, no que diz respeito ao tema que aqui me ocupa, reside no facto de demonstrar com clareza as implicações que o Estado, com base na informação estatística oficial, poderia tirar do balanço da aplicação de medidas de política social dirigidas aos sectores que, no discurso político, são designados por "mais carenciados" ou "mais desfavorecidos" (a inclusão do "mais" é significativa...), e que são discutidas mais adiante.

32) Os trabalhos de José Reis têm vindo a desenvolver este tema, apontando para a definição da função de reprodução da força de trabalho mediante a geração de rendimentos complementares como caracterizando o modo de inserção específico da agricultura na formação social portuguesa (Reis, 1985, 1986a, 1986b, 1987. Ver também Hespanha, 1987).

33) Ver, nomeadamente, Santos, 1985, 1986 e Reis, 1985.

34) As Contas dos Rendimentos das Famílias são analisadas, para o conjunto do País e para os diferentes Distritos, Sub-Regiões e Regiões, por Santos, 1985 e 1986, Mateus, 1985, Reis, 1985 e Lima, 1985, pelo que me dispense de reproduzir, aqui, os resultados publicados nesses trabalhos.

35) Para uma análise da relação salarial e suas transformações nas indústrias têxtil e do vestuário no Norte do País, ver Silva, 1986. Em relação ao ponto aqui levantado, ver ainda Domingues, 1986, e Domingues e Marques, 1987.

36) O problema da relação entre o declínio da fecundidade e a transformação das condições demográficas que permitem ao "familismo" persistir é examinada em pormenor na minha tese de doutoramento, em preparação. É de notar que a região da Itália onde se registam os níveis agregados de fecundidade mais baixos entre as regiões da Europa, e onde o processo de declínio da fecundidade foi relativamente precoce, coincide com aquela em que são observáveis fenómenos como a generalização da pequena empresa e a industrialização difusa, para cuja emergência, como demonstrou Paci, foi essencial o papel de uma forte rede de solidariedades familiares (Paci, 1980, 1982). Esta observação reforça ainda mais as reservas crescentes, suscitadas por investigações em várias regiões do mundo (veja-se, por exemplo, os trabalhos de Ronald Freedman e dos seus colaboradores sobre Taiwan), à opinião, defendida durante muito tempo de maneira quase generalizada, de que o declínio da fecundidade implicaria uma evolução no sentido da nuclearização da família.

37) Para a interpretação apresentada na última parte deste trabalho, apoiei-me na elaboração própria sobre fontes estatísticas oficiais e outros materiais publicados ou postos à disposição por organismos oficiais; nos materiais produzidos no âmbito do Grupo do Noroeste para uma investigação sobre as mudanças nos padrões de organização da família no Noroeste de Portugal, em especial em entrevistas de grupo conduzidas em vários lugares do Distrito de Viana do Castelo e entre a burguesia urbana do Porto, utilizando o método conhecido por "focus group", e gravadas em video-tape; na minha leitura da literatura antropológica e sociológica sobre a região, com relevância para o tema; o essencial dessa informação encontra-se em Almeida, 1986, *Brettell, 1986*, Domingues e Marques, 1987, Ingerson, 1984, Pina Cabral, 1986 e 1987, Pina Cabral *et al*, ¹⁹⁸² Pinto, 1985a e Wall, 1988. Uma formalização de alguns aspectos aqui abordados utilizando a chamada "dinâmica de poliedros" é tratada num artigo de próxima publicação.

QUADRO I
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (NORTE LITORAL)

	POP 0-14/ POP TOTAL	POP 65+/ POP TOTAL	RÁCIO DE DEPENDÊNCIA
AMARES	.32	.11	.75
BARCELOS	.34	.08	.72
BRAGA	.31	.08	.64
CAB. BASTO	.33	.12	.81
CEL. BASTO	.32	.12	.81
ESPOSENDE	.33	.09	.71
FAFE	.31	.10	.70
GUIMARÃES	.33	.07	.66
P. LANHOSO	.32	.12	.77
T. BOURO	.31	.14	.81
VIEIRA DO M.	.30	.14	.76
V.N. FAMALICÃO	.31	.07	.62
VILA VERDE	.33	.11	.78
AMARANTE	.32	.09	.71
BAIÃO	.29	.13	.73
FELGUEIRAS	.33	.08	.68
GONDOMAR	.28	.07	.54
LOUSADA	.34	.07	.70
MAIA	.28	.08	.55
MARCO C.	.33	.09	.74
MATOSINHOS	.26	.08	.52
P. FERREIRA	.34	.06	.68
PAREDES	.36	.06	.71
PENAFIEL	.34	.08	.72
PORTO	.22	.12	.51
P. VARZIM	.32	.08	.64
S. TIRSO	.29	.08	.59
VALONGO	.30	.06	.57
V. CONDE	.30	.08	.61
V.N. GAIA	.27	.08	.54
ARCOS DE V.	.27	.16	.77
CAMINHA	.24	.16	.65
MELGAÇO	.25	.17	.71
MONÇÃO	.24	.15	.66
P. COURA	.26	.17	.74
P. BARCA	.30	.14	.78
P. LIMA	.31	.12	.77
VALENÇA	.22	.17	.66
VIANA C.	.27	.12	.63
V.N. CERVEIRA	.24	.16	.67

Fonte: XII Recenseamento Geral da População (1981)

QUADRO II

FECUNDIDADE LEGÍTIMA E MORTALIDADE INFANTIL
(NORTE LITORAL)

	Ig (1969/72)	Ig (1980/82)	% Dif.	Ig (1969/72)	1q0 (1980/82)	% Dif.	1q0 (1969/72)
AMARES	.635	.427	32.75	62.3	19.5	68.69	
BARCELOS	.668	.369	44.76	49.3	25.1	49.08	
BRAGA	.661	.349	47.20	65.6	20.5	68.75	
CAB. BASTO	.692	.505	27.02	52.6	28.5	45.81	
CEL. BASTO	.640	.519	18.90	61.6	31.5	48.86	
ESPOSENDE	.666	.375	43.69	63.0	33.6	46.66	
FAFE	.578	.337	41.69	76.1	37.8	50.32	
GUIMARÃES	.686	.356	48.10	82.3	25.1	69.50	
P. LANHOSO	.586	.477	18.60	56.4	30.7	45.56	
T. BOURD	.555	.442	20.36	44.4	32.3	27.25	
VIEIRA DO M.	.625	.382	38.88	51.9	23.9	53.94	
V.N. FAMILICÃO	.593	.318	46.37	55.1	21.7	60.61	
VILA VERDE	.608	.431	29.11	39.5	29.2	26.07	
AMARANTE	.630	.373	40.79	60.4	34.2	43.37	
BAIÃO	.502	.354	29.48	54.2	28.3	47.78	
FELGUEIRAS	.674	.379	43.76	65.4	33.5	48.77	
LOUSADA	.622	.372	40.19	69.5	25.1	63.88	
MARCO C.	.674	.388	42.43	55.2	27.4	50.36	
P. FERREIRA	.597	.348	41.70	67.3	22.7	66.27	
PAREDES	.718	.365	49.16	50.1	21.4	57.28	
PENAFIEL	.647	.371	42.65	56.0	25.4	54.64	
P. VARZIM	.532	.333	37.40	71.6	22.8	68.15	
S. TIRSO	.492	.284	42.27	67.7	26.7	60.56	
V. CONDE	.497	.268	46.07	78.6	26.8	65.90	
GRANDE PORTO	.345	.234	32.17	68.4	21.0	69.30	
ARCOS DE V.	.444	.318	28.37	59.5	35.2	40.84	
CAMINHA	.359	.272	24.23	47.3	17.3	63.42	
MELGAÇO	.300	.245	18.33	49.0	23.6	51.83	
MONÇÃO	.357	.296	17.08	42.3	21.7	48.69	
P. COURA	.456	.350	23.24	62.4	23.3	62.66	
P. BARCA	.569	.375	34.09	55.4	23.0	58.48	
P. LIMA	.603	.424	29.68	46.0	27.4	40.43	
VALENÇA	.363	.267	26.44	66.6	31.7	52.40	
VIANA C.	.483	.315	34.78	52.5	16.7	68.19	
V.N. CERVEIRA	.412	.253	38.59	69.5	31.1	55.25	

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, Estatísticas Demográficas, e XII Recenseamento Geral da População (1981)

QUADRO III

PENSIONISTAS (NORTE LITORAL)

	PENSIONISTAS 12+ ANOS/ POPULAÇÃO 12+ ANOS	PENSIONISTAS 65+ ANOS/ POPULAÇÃO 65+ ANOS
AMARES	.20	.86
BARCELOS	.18	.88
BRAGA	.16	.92
CAB. BASTO	.19	.87
CEL. BASTO	.23	.92
ESPOSENDE	.16	.96
FAFE	.24	.92
GUIMARÃES	.17	.86
P. LANHOSO	.20	.88
T. BOURD	.26	.90
V. MINHO	.24	.90
V. N. FAMALICÃO	.18	.89
V. VERDE	.24	.94
AMARANTE	.15	.83
BAIÃO	.22	.88
FELGUEIRAS	.13	.81
GONDOMAR	.14	.79
LOUSADA	.13	.85
MAIA	.14	.78
MARCO C.	.16	.86
MATOSINHOS	.14	.76
PAÇOS F.	.10	.83
PAREDES	.11	.80
PENAFIEL	.14	.83
PORTO	.17	.71
P. VARZIM	.13	.78
S. TIRSO	.15	.85
VALONGO	.12	.78
V. CONDE	.14	.84
V. N. GAIA	.14	.78
ARCOS VALD.	.26	.88
CAMINHA	.23	.80
MELGACÓ	.23	.82
MONÇÃO	.22	.87
P. COURA	.27	.89
P. BARCA	.24	.89
P. LIMA	.23	.91
VALENÇA	.26	.88
V. CASTELO	.20	.87
V. N. CERVEIRA	.27	.91

Fonte: XII Recenseamento Geral da População (1981)
Recenseamento Agrícola do Continente (1979)

QUADRO IV

PESO DA COMPONENTE AGRÍCOLA NA POPULAÇÃO
(NORTE LITORAL)

	EXPLORAÇÕES (>.02 HA)/ FAMÍLIAS	POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR/ POPULAÇÃO TOTAL
AMARES	.64	.55
BARCELOS	.55	.43
BRAGA	.18	.15
CAB. BASTO	.73	.68
CEL. BASTO	.78	.72
ESPOSENDE	.65	.52
FAFE	.43	.41
GUIMARÃES	.17	.18
P. LANHOSO	1.00	.70
T. BOURO	.70	.63
VIEIRA DO M.	.73	.60
V.N. FAMALICÃO	.32	.24
VILA VERDE	.68	.60
AMARANTE	.60	.40
BAIÃO	.82	.63
FELGUEIRAS	.50	.33
GONDOMAR	.09	.09
LOUSADA	.62	.39
MAIA	.11	.05
MARCO C.	.77	.59
MATOSINHOS	.05	.02
P. FERREIRA	.38	.26
PAREDES	.39	.28
PENAFIEL	.58	.49
PORTO	—	—
P. VARZIM	.26	.25
S. TIRSO	.45	.24
VALONGO	.09	.05
V. CONDE	.27	.17
V.N. GAIA	.13	.08
ARCOS DE V.	.89	.83
CAMINHA	.65	.52
MELGAÇO	.92	.88
MONÇÃO	.80	.72
P. COURA	.92	.82
P. BARCA	.87	.79
P. LIMA	.82	.72
VALENÇA	.68	.54
VIANA C.	.56	.40
V.N. CERVEIRA	1.05	.80

Fonte: XII Recenseamento Geral da População (1981)
Recenseamento Agrícola do Continente (1979)

QUADRO V

PROPORÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES
POR PERCENTAGEM DO RENDIMENTO DA
FAMÍLIA PROVENIENTE DE EXPLORAÇÃO
AGRÍCOLA E DIMENSÃO DA EXPLORAÇÃO
(NORTE LITORAL)

	100 % (>.5 HA)	100>50% (>.5 HA)	<50 % (>.5 HA)	(<.5>.02 HA)
AMARES	.08	.13	.35	.08
BARCELOS	.11	.11	.18	.15
BRAGA	.02	.03	.09	.04
CAB. BASTO	.18	.11	.36	.09
CEL. BASTO	.16	.16	.34	.12
ESPOSENDE	.17	.14	.18	.16
FAFE	.04	.12	.19	.08
GUIMARAES	.02	.03	.09	.03
P. LANHOSO	.09	.12	.67	.12
T. BOURD	.12	.15	.32	.10
VIEIRA DO M.	.11	.15	.37	.10
V.N. FAMILICÃO	.02	.02	.17	.11
VILA VERDE	.13	.17	.30	.08
AMARANTE	.12	.09	.20	.19
BAIÃO	.16	.08	.38	.19
FELGUEIRAS	.06	.06	.18	.20
GONDOMAR	.01	.01	.05	.02
LOUSADA	.09	.08	.19	.26
MAIA	.01	.01	.02	.07
MARCO C.	.09	.06	.45	.17
MATOSINHOS	.01	.00	.01	.03
P. FERREIRA	.03	.05	.16	.14
PAREDES	.06	.03	.15	.15
PENAFIEL	.08	.04	.28	.18
PORTO	--	--	--	--
P. VARZIM	.11	.04	.07	.03
S. TIRSO	.02	.02	.17	.24
VALONGO	.01	.00	.03	.05
V. CONDE	.04	.03	.08	.11
V.N. GAIA	.00	.01	.06	.06
ARCOS DE V.	.14	.17	.49	.10
CAMINHA	.13	.13	.23	.15
MELGAÇO	.01	.14	.64	.14
MONÇÃO	.03	.19	.46	.11
P. COURA	.10	.27	.35	.20
P. BARCA	.18	.24	.32	.13
P. LIMA	.08	.29	.31	.15
VALENÇA	.01	.11	.40	.16
VIANA C.	.03	.17	.16	.20
V.N. CERVEIRA	.04	.14	.58	.30

Fonte: XII Recenseamento Geral da População (1981)
Recenseamento Agrícola do Continente (1979)

QUADRO VI

FAMÍLIAS SEM ACTIVOS E POPULAÇÃO RESIDENTE
EM FAMÍLIAS SEM ACTIVOS (NORTE LITORAL)

	FAMÍLIAS SEM ACTIVOS/ TOTAL DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO EM FAMÍLIAS SEM ACTIVOS/ POPULAÇÃO EM FAMÍLIAS
AMARES	.24	.12
BARCELOS	.15	.07
BRAGA	.14	.06
CAB. BASTO	.25	.11
CEL. BASTO	.27	.13
ESPOSENDE	.16	.07
FAFE	.24	.12
GUIMARÃES	.14	.06
P. LANHOSO	.24	.11
T. BOURO	.27	.13
VIEIRA DO M.	.24	.11
V.N. FAMALICÃO	.13	.06
VILA VERDE	.24	.12
AMARANTE	.20	.10
BAIÃO	.28	.14
FELGUEIRAS	.16	.07
GONDOMAR	.13	.07
LOUSADA	.15	.07
MAIA	.12	.06
MARCO C.	.21	.10
MATOSINHOS	.13	.06
P. FERREIRA	.12	.05
PAREDES	.14	.06
PENAFIEL	.19	.08
PORTO	.18	.09
P. VARZIM	.14	.07
S. TIRSO	.14	.07
VALONGO	.11	.05
V. CONDE	.13	.06
V.N. GAIA	.14	.07
ARCOS DE V.	.27	.14
CAMINHA	.23	.12
MELGAÇO	.24	.14
MONÇÃO	.24	.13
P. COURA	.29	.15
P. BARCA	.28	.15
P. LIMA	.23	.12
VALENÇA	.27	.14
VIANA C.	.19	.10
V.N. CERVEIRA	.30	.17

Fonte: XII Recenseamento Geral da População (1981)

QUADRO VII

POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR (65+ ANOS)
COM ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO COMO
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS

AMARES	.36
BARCELOS	.35
BRAGA	.12
CAB. BASTO	.52
CEL. BASTO	.42
ESPOSENDE	.40
FAFE	.32
GUIMARAES	.13
P. LANHOSO	.48
T. BOURD	.48
VIEIRA DO M.	.45
V.N. FAMALICÃO	.19
VILA VERDE	.50
AMARANTE	.26
BIAIO	.44
FELGUEIRAS	.29
GONDOMAR	.09
LOUSADA	.31
MAIA	.06
MARCO C.	.40
MATOSINHOS	.02
P. FERREIRA	.21
PAREDES	.19
PENAFIEL	.26
PORTO	—
P. VARZIM	.14
S. TIRSO	.19
VALONGO	.05
V. CONDE	.17
V.N. GAIA	.08
ARCOS DE V.	.60
CAMINHA	.45
MELGACO	.52
MONCÃO	.62
P. COURA	.54
P. BARCA	.58
P. LIMA	.55
VALENÇA	.46
VIANA C.	.31
V.N. CERVEIRA	.67

Fonte: XII Recenseamento Agrícola da População (1981)
Recenseamento Agrícola do Continente (1979)

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João Ferreira de, 1986, **Classes Sociais nos Campos - Camponeses Parciais numa Região do Noroeste**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- ARRIGHI, Giovanni, (ed), 1985, **Semiperipheral Development - The politics of Southern Europe in the Twentieth Century**, Beverly Hills, California: Sage.
- BAGNASCO, Arnaldo, 1977, **Tre Italie - La Problematica Territoriale dello Sviluppo Italiano**, Bologna: Il Mulino.
- BALBO, Laura, 1976, **Stato di Famiglia - Bisogne, Privato, Collettivo**, Milano: Etas Libri.
- BARATA, Oscar Soares, 1985, **Natalidade e Política Social em Portugal**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BECKER, Gary, 1981, **A Treatise on the Family**, Cambridge, Massachussets: Harvard University Press.
- BECKER, Howard S., 1986, **Doing Things Together**, Evanston, Illinois: Northwestern University Press.
- BETTIO, Francesca, 1988, **The Sexual Division of Labour - The Italian Case**, Oxford: Clarendon Press.
- BOURDIEU, Pierre, 1979, **La Distinction: Critique Sociale du Jugement**, Paris: Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, 1982, **Ce Que Parler Veut Dire**, Paris: Fayard.
- BOURDIEU, Pierre, 1984, **Questions de Sociologie**, Paris: Editions de Minuit.
- BOYER, Robert, (dir.), 1986, **Capitalismes Fin de Siécle**, Paris: P.U.F.
- BRETTELL, Caroline B., 1986, **Men Who Migrate, Women Who Wait - Population and History in a Portuguese Parish**, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1983, **A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante**

- a industrialização e a urbanização, **Análise Social**, XIX (76), 199-234.
- CALDWELL, John C., 1982, **Theory of Fertility Decline**, New York, London: Academic Press.
- CALOT, G. & C. BLAYD, 1982, Recent Course of Fertility in Western Europe, **Population Studies**, 36, 349-372
- CARNEY, J., R. HUDSON, J. LEWIS (eds), 1980, **Regions in Crisis**, New York: St Martin's Press.
- CARVALHO, Anabela, & Helena MOURD, 1987, **Serviço Social no Estado Novo**, Coimbra:Centelha.
- CICOUREL, Aaron V., 1964, **Method and Measurement in Sociology**, New York: The Free Press.
- CICOUREL, Aaron V., 1981, Notes on the Integration of Micro- and Macro-Levels of Analysis, in K. KNORR-CETINA & A.V. CICOUREL (eds), **Advances in Social Theory and Methodology - Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies**, Boston, London, Henley: Routledge and Kegan Paul.
- CLELAND, J. & C. WILSON, 1987, Demand Theories of the Fertility Transition: An Iconoclastic View, **Population Studies**, 41, 5-30.
- COALE, A.J., & S.C. WATKINS (eds), 1986, **The Decline of Fertility in Europe**, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- COSTA, A. Bruto da, M. SILVA, J. PEREIRINHA, M. MATOS, 1985, **A Pobreza em Portugal**, Lisboa: Cáritas.
- CRUZ ROCHE, I., A.D. BONETE, G.R. CABRERO, 1985, **Política Social y Crisis Económica - Aproximación a la Experiencia Española**, Madrid: Siglo Veintiuno Editores.
- DAVIS, K., M.S. BERNSTAM, R. RICARDO-CAMPBELL (eds), 1986, **Below-Replacement Fertility in Industrial Societies - Causes, Consequences and Policies**, Suplemento ao Volume 12 de **Population and Development Review**.
- DEL BOCA, D., & M. TURVANI, 1979, **Famiglia e Mercato del Lavoro**, Bologna: Il Mulino.

- DICKINSON, J. & B. RUSSELL, 1986, **Family, Economy and State - The Social Reproduction Process Under Capitalism**, London, Sidney: Croom Helm.
- DOMINGUES, Alvaro, 1986, **Economia e Organização do Espaço Rural**, in **Cadernos do Noroeste: Minho- Terras e Gente**, Braga: Universidade do Minho.
- DOMINGUES, A. & T. MARQUES, 1987, **Produção Industrial, Reprodução Social e Território - Materiais para uma Tentativa de Abordagem do Médio Ave**, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 22, 125-142.
- EASTERLIN, Richard A., 1980, **Birth and Fortune - The Impact of Numbers on Personal Welfare**, New York: Basic Books.
- FERRÃO, João, 1982, **Evolução e Estrutura Regional das Classes Sociais em Portugal (1960-70)**, **Finisterra**, XVII (34), 223-265.
- FERRÃO, João, 1985, **Recomposição Social e Estruturas Regionais de Classes (1960-1981)**, **Análise Social**, XXI (87-88-89), 565-604.
- FERRERA, Maurizio, 1985, **Il Welfare State in Italia. Sviluppo e Crisi in Prospettiva Comparata**, Bologna: Il Mulino.
- FERREIRA, Virginia, 1987, **O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos**, in A.S. SILVA & J.M. PINTO (orgs), **Metodologia das Ciências Sociais**, Porto: Afrontamento, 165-196.
- FIGUEIREDO, António (coord.), 1985, **A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal**, Lisboa, Instituto de pesquisa Social Damião de Góis.
- FORTUNA, Carlos, 1981, **Para uma Sociologia da População - Um Comentário à Demografia**, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 6, 87-111.
- FORTUNA, Carlos, 1987, **Desenvolvimento e Sociologia Histórica: Acerca da Teoria do Sistema Mundial Capitalista e da Semiperiferia**, **Sociologia - Problemas e Práticas**, 3, 163-195.
- HUDSON, R. & J. LEWIS (eds), 1985, **Uneven Development in Southern Europe**, London: Methuen.

- GERSHUNY, J.I., 1985, Economic Development and Change in the Mode of Provision of Services, in REDCLIFT & MINGIONE (eds), 128-164.
- GREGORY, D. & J. URRY (eds), 1985, **Social Relations and Spatial Structures**, London: Methuen.
- HESPANHA, Pedro, 1987, Posse da Terra e Reprodução da Força de Trabalho - O Caso do Baixo Mondego, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 22, 145-157.
- INGERSON, Alice, 1984, **Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal**, Tese de Doutoramento, Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University.
- LENOIR, Rêmi, 1979, L'Invention du Troisième Âge, Constitution du Champ des Agents de Gestion de la Vieillesse, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 26/27, 57-78.
- LENOIR, Rêmi, 1985a, L'Effondrement des bases Sociales du Familialisme, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 57/58, 69-88.
- LENOIR, Rêmi, 1985b, Transformations du Familialisme et Reconversions Morales, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 59, 3-47.
- LESTHAEGHE, Ron, 1980, On the Social Control of Human Reproduction, **Population and Development Review**, 6, 527-548.
- LESTHAEGHE, Ron, 1983, A Century of Demographic and Cultural Change in Western Europe: an Exploration of Underlying Dimensions, **Population and Development Review**, 9, 411-435.
- LESTHAEGHE, Ron, 1987, **Cultural Dynamics and Economic Theories of Fertility Change**, Brussels: Vrije Universiteit, IFD-Working Paper 1987-7.
- LIMA, Aida Valadas de, 1985, O Rendimento em Portugal ao longo da Última Década, **Análise Social**, XXI (87-88-89), 499-526.
- LOBO, Isabel de Sousa, 1985, Estrutura Social e Produtiva e Propensão à Subterraneidade no Portugal de Hoje, **Análise Social**, XXI (87-88-89), 527-562.

- MAIA, Fernando M., 1985, **Segurança Social em Portugal - Evolução e Tendências**, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- MARX, Karl, 1976, **Capital, A Critique of Political Economy**, Volume 1, Harmondsworth, Middlesex: Penguin.
- MATEUS, Augusto, 1985, 25 de Abril, Transição Política e Crise Económica: Que desafios Dez Anos depois?, **Revista Critica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 281-300.
- MATEUS, Augusto, 1987, Economias Semiperiféricas e Desenvolvimento Desigual na Europa (Reflexões a Partir do Caso Português), **Economia e Socialismo**, XI (72-73).
- MEILLASSOUX, Claude, 1976, **Mulheres, Celeiros e Capitais**, Porto: Afrontamento.
- MERLLIÉ, Dominique, 1983, Une Nomenclature et sa Mise en Oeuvre: les Statistiques sur l' Origine Sociale des Etudiants, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 50, 4-47.
- MINGIONE, Enzo, 1983, Informalization, Restructuring and the Survival Strategies of the Working Class, **International Journal of Urban and Regional Research**, 7 (3), 311-339.
- MINGIONE, Enzo, 1985, Social Reproduction of the Surplus Labour Force: The Case of Southern Italy, in REDCLIFT & MINGIONE (eds), 14-54.
- MINGIONE, Enzo, 1988, Work and Informal Activities in Urban Southern Italy, in PAHL (ed), 548-578.
- NAZARETH, J. Manuel, 1979, **O Envelhecimento da População Portuguesa**, Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- NUNES, João Arriscado, 1988, Les Transformations Récentes de la Famille et du Ménage au Portugal (1960-1981), in A. C. BONÇALVES, A. T. FERNANDES, C. LALIVE d'EPINAY (dirs), **La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation**, Porto: Association Internationale des Sociologues de Langue Française/Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto.

- REIS, José, 1986a, Salários industriais e Pequena Agricultura, in **Estudos Jurídicos e Económicos**, Lisboa: INCM.
- REIS, José, 1986b, Modos de Regulação Regional, Iniciativa Empresarial Local e Pequena Agricultura Complementar, in ISE-CISEP, **O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica**, Lisboa, vol II, 1059-1078.
- REIS, José, 1987, Os Espaços da industrialização - Notas Sobre a Regulação Macro-Económica e o Nível Local, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 22, 13-31.
- RODRIGUES, Maria João, 1985, O Mercado de Trabalho nos Anos 70: Das Tensões aos Metabolismos, **Análise Social**, XXI (87-88-89), 679-733.
- RODRIGUES, Maria João, 1988, **O Sistema de Emprego em Portugal - Crise e Mutações**, Lisboa: Dom Quixote.
- ROSANVALLON, Pierre, 1984, **A Crise do Estado-Providência**, Lisboa: Editorial Inquérito.
- RUGGLES, 1987, **Prolonged Connections - The Rise of the Extended Family in Nineteenth-Century England and America**, Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- RYDER, Norman B., 1983, Fertility and Family Structure, **Population Bulletin of the United Nations**, 15, 15-34.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1984, A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984), **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 14, 7-29.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1985, Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O Caso Português, **Análise Social**, XXI (87-88-89), 869-901.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1986, Social Crisis and the State, in K. MAXWELL (ed), **Portugal in the 1980's - Dilemmas of Democratic Consolidation**, Westport, Connecticut: Greenwood Press, 167-195.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1987, O Estado, A Sociedade e as Políticas Sociais: O Caso das Políticas de

- OFFE, Claus, 1984, **Contradictions of the Welfare State**, London: Hutchinson.
- OFFE, Claus, 1985, **Disorganized Capitalism**, Cambridge: Polity Press.
- PACI, Massimo, (dir), 1980, **Famiglia e Mercato del Lavoro in un' Economia Periferica**, Milano: Franco Angeli.
- PACI, Massimo, 1982, **La Struttura Sociale Italiana**, Bologna: Il Mulino.
- PAHL, R.E., (ed), 1988, **On Work - Historical, Comparative and Theoretical Approaches**, Oxford: Basil Blackwell.
- PINA CABRAL, João de, 1986, **Sons of Adam, Daughters of Eve**, Oxford: Clarendon Press.
- PINA CABRAL, João de, 1987, **The Bourgeois Family of Oporto: Tomb Management and Sibling Vicinalities**, policopiado, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- PINA CABRAL, J., R.G. FEIJO, J.A. NUNES, M. COELHO, A.M. GONÇALVES, 1987, **A Casa do Noroeste - Um Encontro Pluridisciplinar**, *Análise Social*, XXIII (95), 151-163.
- PINTO, José Madureira, 1985a, **Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos**, Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Madureira, 1985b, **Questões de Metodologia Sociológica (III)**, *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 133-156.
- PRESTON, Samuel H., 1984, **Children and the Elderly: Divergent Paths for America's Dependents**, *Demography*, 21 (4), 435-457.
- REDCLIFT, N., & E. MINGIONE, (eds), 1985, **Beyond Employment - Household, Gender and Subsistence**, Oxford: Basil Blackwell.
- REIS, José, 1985, **Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura - Para uma Análise das Articulações entre a Acumulação e a Reprodução**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 225-260.

Saúde, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23,
13-74.

- SANTOS, B.S., J. REIS, M.M.L. MARQUES, 1986, O Estado e as Transformações Recentes da Relação Salarial. A Transição Para Um Novo Modelo de Regulação da Economia, in ISE-CISEP, **O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica**, Lisboa, vol. II, 589-628.
- SAYER, Andrew, 1985, The Difference That Space Makes, in GREGORY & URRY (eds), 49-66.
- SCHMITTER, Philippe C., 1987, Cinco Teses Sobre o Futuro do Estado-Providência, **Risco**, 5, 15-28.
- SILVA, Mário Rui, 1986, A Relação Salarial nas Indústrias Têxteis e do Vestuário, **Cadernos de Ciências Sociais**, 4, 119-138.
- SIMONS, John, 1986, Culture, Economy and Reproduction in Contemporary Europe, in D. COLEMAN & R. SCHOFIELD (eds), **The State of Population Theory - Forward From Malthus**, Oxford: Basil Blackwell, 256-278.
- SKOCPOL, Theda, 1984, Sociology's Historical Imagination, in T. SKOCPOL (ed), **Vision and Method in Historical Sociology**, Cambridge: Cambridge University Press, 1-21.
- SMITH, Richard M., 1981, Fertility, Economy and Household Formation in England Over Three Centuries, **Population and Development Review**, 7, 595-622.
- SMITH, Richard M., 1984a, Some Issues in the Family Cycle of the Propertyless or Property-deficient, in R.M. SMITH (ed), **Land, Kinship and Life-Cycle**, Cambridge: Cambridge University Press, 68-85.
- SMITH, Richard M., 1984b, The Structured Dependency of the Elderly as a Recent Development: Some Sceptical Historical Thoughts, **Ageing and Society**, 4, 409-428.
- SMITH, Richard M., 1985, Variety in the Demographic Regimes of Pre-Industrial Western Europe, in S.FELD & R. LESTHAEGHE (eds), **Pre-Industrial European Demographic Regimes**, Brussels: Uitgeverij Lannoo for the King Baudoin Foundation, 31-49.

- SMITH, Richard M., 1986, Transfer Incomes, Risk and Security: The Roles of the Family and the Collectivity in Recent Theories of Fertility Change, in D. COLEMAN & R. SCHOFIELD (eds), **The State of population Theory - Forward From Malthus**, Oxford: Basil Blackwell, 188-211.
- SMITH, Richard M., s.d., **Welfare and the Management of Demographic Uncertainty**, policopiado, Oxford: All Souls College.
- SMITH, J., I. WALLERSTEIN, H-D. EVERS (eds), 1984, **Households and the World-Economy**, Beverly Hills, California: Sage.
- van de KAA, Dirk J., 1987, **Europe's Second Demographic Transition**, Population Bulletin, vol. 42, 1, Washington, D.C.: Population Reference Bureau.
- VERDÈS-LEROUX, Jeannine, 1978, **Le Travail Social**, Paris: Editions de Minuit.
- WALL, Karin, 1988, Modernisation et Dynamique Familiale: le Cas de la Famille Paysanne Portugaise, in A.C. GONÇALVES, A.T. FERNANDES, C. LALIVE d'EPINAY (dirs), **La Sociologie et les Nouveaux Dèfis de la Modernisation**, Porto: Association Internationale des Sociologues de Langue Française/Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1983, As Cidades na Teoria Socialista e na Praxis Capitalista, **Revista Critica de Ciências Sociais**, 11, 81-94.
- WEIR, M., & T. SKOCPOL, 1985, State Structures and the Possibilities for "Keynesian" Responses to the Great Depression in Sweden, Britain and the United States, in P.B. EVANS, D. RUESCHEMEYER & T. SKOCPOL (eds), **Bringing the State Back In**, Cambridge, Cambridge University Press, 107-163.
- WILLIAMS, Allan (ed), 1984, **Southern Europe Transformed**, London: Harper & Row.
- WOODS, Robert, 1982, **Theoretical Population Geography**, London/New York: Longman.